

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOS SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 055/2022  
Data: 20/04/2022



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
BOLSONARO PEDE AJUDA À OMC PARA GARANTIR ACESSO A FERTILIZANTES .....	4
ENTIDADES PEDEM MAIS TEMPO PARA DEBATER LEILÃO DE TERMINAL DE CONTÊINERES NO PORTO DE SANTOS .....	5
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....</b>	<b>6</b>
GOVERNO FEDERAL VAI INVESTIR EM CONSERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTRADAS NO PARÁ.....	6
APÓS DESESTATIZAÇÃO, CODESA ANUNCIA NOVOS DIRETORES .....	7
<b>GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF.....</b>	<b>8</b>
COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL PRORROGA PRAZO DE ADESÃO AO RELP PARA 31 DE MAIO .....	8
ECONOMIA E DEFESA REALIZAM AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE COMPRA DE MÁQUINAS PARA O PROGRAMA CALHA NORTE .....	8
DEBATE NOS EUA MOSTRA QUE BRASIL ESTÁ BEM POSICIONADO PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS GLOBAIS .....	9
GOVERNO FEDERAL E COMPANHIA DOCAS/PB PROMOVEM NOVO MARCO HISTÓRICO NO DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO DA PARAÍBA .....	10
ESTUDO DO ME MOSTRA QUE SOLUÇÕES 5G PODEM PROPORCIONAR BENEFÍCIO DE R\$ 590 BILHÕES POR ANO .....	11
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT.....</b>	<b>12</b>
EDITORIAL - O CAMINHO CERTO.....	12
REGIÃO SUDESTE - HUB – CURTAS.....	13
<i>RUMO I</i> .....	13
<i>RUMO II</i> .....	13
<i>PASSAGEIROS</i> .....	13
REGIÃO SUDESTE - CSN MINERAÇÃO RECEBE AVAL PARA SEGUNDA ETAPA DE PROJETO DE EXPANSÃO EM ITAGUAÍ .....	13
REGIÃO SUDESTE - ANTAQ CONVOCA INTERESSADOS EM CONSTRUIR TERMINAL PORTUÁRIO EM SÃO FRANCISCO DO SUL/SC .....	14
REGIÃO SUDESTE - ABTP PEDE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA CONSULTA SOBRE LICITAÇÃO DO STS10 .....	14
ARRENDAMENTO, INVESTIMENTOS E O ECOPORTO SANTOS .....	16
REGIÃO NORDESTE - IBAMA PUBLICA TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO PARA LICENCIAMENTOS PORTUÁRIOS .....	17
INTERNACIONAL - PORTUGAL EXPORT VAI FOMENTAR COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRO .....	18
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....</b>	<b>20</b>
GOVERNO DE SP APRESENTA PROJETO PARA TRANSFORMAR A MALHA FERROVIÁRIA DO ESTADO .....	20
PORTO DE ITAJAÍ RECEBE NOVA ATRACAÇÃO DE NAVIO COM VEÍCULOS DA BMW .....	21
NYK E MOL LANÇAM PROGRAMAS DE BIOCOMBUSTÍVEIS .....	21
IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES MOVIMENTA PORTOS DO PARANÁ, MAS FALTA ESPAÇO.....	23
MME DEBATE PROGRAMA NACIONAL DO HIDROGÊNIO, COMBUSTÍVEL DO FUTURO E BIOMETANO COM PREFEITURA DE SÃO PAULO .....	24
GESTIONAMENTO DE NAVIOS NO PORTO DE XANGAI AUMENTA E PREOCUPA O AGRO BRASILEIRO.....	25
PROJETO FERROVIÁRIO DE US\$ 1,5 BILHÃO DO PORTO DE LONG BEACH RECEBE APROVAÇÃO FEDERAL .....	25
PORTO DO ITAQUI EM ROTA DE CRESCIMENTO .....	26
<b>NAVAL PORTO ESTALEIRO .....</b>	<b>28</b>
CADE APROVA JOINT VENTURE ENTRE COPERSUCAR E VIBRA ENERGIA PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM FOCO NA EXPORTAÇÃO DE ETANOL NO BRASIL .....	28
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>29</b>
TCU ADIA POR 20 DIAS DECISÃO SOBRE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS. PARA GOVERNO, PRAZO PODE INVIABILIZAR OPERAÇÃO.....	29
SECRETÁRIA DO TESOURO DOS EUA LIDERA ABANDONO DA REUNIÃO DE MINISTROS DO G20 E DEIXA RUSSOS FALANDO SOZINHOS .....	32
ITAPEMIRIM ESCAPA DA FALÊNCIA COM PROPOSTA DE NOVO PLANO DE RECUPERAÇÃO, QUE TERÁ DE SER VOTADA PELOS CREDORES .....	33
ANTT SUSPENDE TODAS AS LINHAS DA VIAÇÃO ITAPEMIRIM .....	34
RIO FARÁ PRIMEIRO LEILÃO DO MUNDO DE CRÉDITOS DE CARBONO ORIUNDOS DE MICROMOBILIDADE .....	35
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....</b>	<b>36</b>
ASSOCIAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS CONTESTA DECLARAÇÕES DE NOVO CONSELHEIRO DO CADE.....	36
LIRA QUER INCLUIR REFIS DE GRANDES EMPRESAS E DÍVIDAS COM eSOCIAL EM MP DO FIES .....	38



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 55/2022  
Página 3 de 53  
Data: 20/04/2022  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

SERVIDORES DA CVM APROVAM OPERAÇÃO-PADRÃO PARA PRESSIONAR GOVERNO POR MAIOR REAJUSTE .....	39
DADOS POSITIVOS LEVAM BANCOS E FMI A ELEVAR AS PREVISÕES PARA O PIB DO BRASIL; ENTENDA OS MOTIVOS.....	39
POR UMA MODERNIZAÇÃO REAL DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA .....	41
FMI ELEVA PREVISÃO DO PIB DO BRASIL DE 0,3% PARA 0,8% EM 2022 .....	42
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>44</b>
EMBRAER ENTREGA À MARINHA ÚLTIMO CAÇA AF-1B MODERNIZADO.....	44
SLC ASSINARÁ COMPROMISSO DE PRESERVAÇÃO DE MATA NATIVA EM MT.....	45
CHINA SE IRRITA COM EXIGÊNCIA DOS EUA PARA QUE NÃO OFEREÇA AJUDA MILITAR À RÚSSIA.....	45
MILLS COMPRA TECPAR EQUIPAMENTOS POR R\$ 45,8 MILHÕES .....	46
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>47</b>
AMBIENTE CONCORRENCIAL PARA STS-10 PREOCUPA TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS .....	47
REEQUILÍBRIO DA ECOPORTO SANTOS NÃO IMPEDE LICITAÇÃO DA STS-10, GARANTE EPL.....	48
EM FEVEREIRO, UNIÃO TEVE DIREITO A 17 MIL BARRIS DE PETRÓLEO POR DIA, SEGUNDO A PPSA .....	49
ESTUDOS DA EPL PARA ARRENDAMENTO DE TERMINAL NO PORTO DE SANTOS SÃO APRESENTADOS EM AUDIÊNCIA PÚBLICA .....	50
PPSA ABRE PESQUISA PRÉVIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ÓLEO E GÁS.....	51
EXPORTAÇÃO DE ÓLEO DE SOJA E IMPORTAÇÃO DE SODA CÁUSTICA SÃO OS DESTAQUES DO TRIMESTRE NA CATTALINI.....	51
<b>MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA.....</b>	<b>52</b>
MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS .....	52



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## BOLSONARO PEDE AJUDA À OMC PARA GARANTIR ACESSO A FERTILIZANTES

Do total do produto utilizado pelo Brasil, 85% são importados, principalmente da Rússia, via portos brasileiros

Por: Redação



**Do total de fertilizantes utilizados pelo Brasil, 85% são importados, principalmente da Rússia Foto: Caflos Nogueira/AT**

Mesmo com o Governo Federal tendo montado no mês de março um esquema especial nos portos brasileiros para garantir a importação de fertilizantes, fundamental para o agronegócio nacional, o presidente Jair Bolsonaro (PL) pediu ajuda à Organização Mundial do Comércio (OMC) para garantir uma espécie de salvo-conduto ao fluxo de insumos importados de países que sofreram

sanções econômicas e financeiras devido à guerra na Ucrânia.

Os alvos das medidas restritivas impostas desde o final de fevereiro são a Rússia e Belarus, dois dos principais exportadores de fertilizantes ao Brasil. Desde o início da guerra, a União tenta obter fornecedores alternativos para evitar impactos na produção de alimentos no campo e inflação.

Ainda assim, a ajuda diplomática da OMC foi discutida na última segunda-feira, em Brasília, durante audiência reservada de Bolsonaro com a diretora-geral da OMC, a nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala. Ela teve apoio do Brasil para chegar ao cargo. Após o encontro no Palácio do Planalto, ela sinalizou ser favorável ao salvo-conduto, mas disse que precisa submeter a proposta brasileira à consideração dos demais membros da OMC.

“Precisamos dialogar com os membros para ver como avançar. Vamos ver que tipo de apoio essa ideia receberá. A questão é superar os fatores limitantes em decorrência da guerra para que alimentos e fertilizantes tenham circulação, caso contrário teremos mais escassez e mais fome”, afirmou a diretora-geral.

### Apelo

O ministro das Relações Exteriores, Carlos França, afirmou que a proposição de Bolsonaro partiu numa conversa em que Ngozi fez um “apelo” para que o Brasil considere exportar eventuais estoques reguladores de alimentos que possua, ajudando a superar a escassez mundial. A resposta, porém, é que o Brasil tem sua produção toda contratada.

“Temos nossa produção toda engajada em acordos com importadores em todo o mundo. O presidente reafirmou que, mesmo nas horas mais difíceis da pandemia, nosso agronegócio manteve os compromissos internacionais, com exportação de grãos, aves e carne bovina. Os contratos foram mantidos e honrados. Para que possamos manter essa produção e ampliar, precisamos ter acesso aos insumos”.

O chanceler enumerou esforços do governo brasileiro para garantir o abastecimento de fertilizantes, como ureia e potássio, entre outros, junto a diplomatas dos Estados Unidos, Nigéria,

Marrocos, Canadá e Irã. “Sanções e embargos aplicados à Rússia e o próprio conflito na Ucrânia não devem impedir o livre trânsito desses insumos”.

### Esquema especial

Em março, o então ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, garantiu que os navios a caminho do Brasil com fertilizantes não precisam enfrentar filas para descarregar, garantindo o insumo à cadeia produtiva. A ação envolve a pasta, atualmente comandada por Marcelo Sampaio, e o ministério da Agricultura.

Os fertilizantes são essenciais para fornecimento de nutrientes às plantações. Do total utilizado pelo Brasil, 85% são importados, principalmente da Rússia.

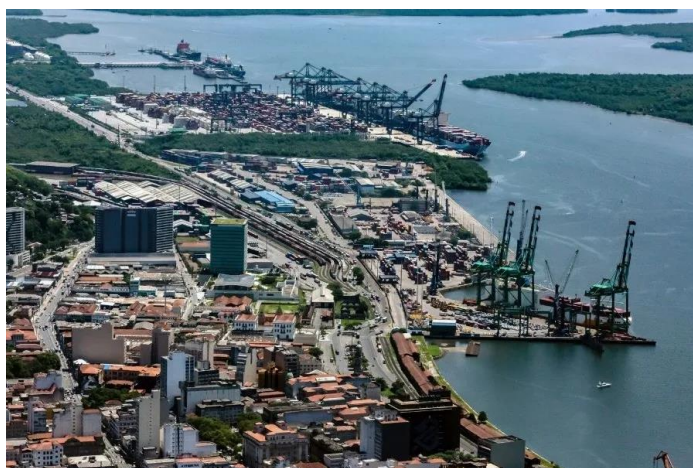
*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 20/04/2022*

## ENTIDADES PEDEM MAIS TEMPO PARA DEBATER LEILÃO DE TERMINAL DE CONTÊINERES NO PORTO DE SANTOS

Audiência pública realizada pela Antaq foi marcada por pedido de prorrogação de prazo e contestações de estudo

*Por: Ágata Luz*



**Foto: Sérgio Furtado/Imagens Aéreas**

A audiência pública realizada nesta terça-feira (19) sobre a licitação do STS10, terminal do Porto de Santos destinado à movimentação e à armazenagem de contêineres, foi marcada por pedidos de prorrogação do prazo da consulta pública e contestações quanto ao estudo de análise concorrencial que integra o edital de concessão da área de 600 mil m<sup>2</sup>, localizada no Saboó.

Promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o evento aconteceu de forma virtual. Previsto para o quarto trimestre do ano, o leilão do terminal é um dos mais aguardados no porto santista, pois envolve investimentos de R\$ 3,29 bilhões na Margem Direita e permitirá a ampliação da capacidade para movimentação de cargas containerizadas.

O diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Santos Port Authority (SPA), Bruno Stupello, enfatizou a importância de um terminal de contêineres no Porto, função que será cumprida pelo STS10. “Hoje, o Porto de Santos perde carga. O mercado tem demonstrado esse interesse, enxerga a necessidade de inclusão de capacidade imediatamente”.

Em discussão por meio de consulta pública desde 8 de março, o processo licitatório deve receber contribuições até amanhã, por meio do site da Antaq. No entanto, um dos principais pedidos foi a prorrogação deste prazo.

O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva, sugeriu a adição de 60 dias. “A ABTP entende que é preciso amadurecer mais (o projeto). Nós protocolamos um pedido de prorrogação do prazo para entrega das documentações”. Ele foi apoiado por demais participantes da audiência pública.



A presidente da Comissão de Licitações e Arrendamentos da Antaq, Patrícia Gravina, esclareceu que o pedido está em análise e, até o momento, “não há nenhuma deliberação da diretoria a respeito disso”.

Com os objetivos de balizar questões concorrenciais, apresentar visões em relação às regras de participação ou restrição e provisionar a capacidade para movimentação de contêineres no Porto de Santos, uma análise concorrencial fez parte da documentação da consulta pública. Porém, ela acabou preocupando participantes e dominou parte do debate.

Um que contestou a análise concorrencial foi o diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo. Isso porque o estudo foi baseado em um guia de análise de impacto concorrencial elaborado pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), com possíveis divergências de dados que acabaram fazendo a diretora da Antaq Flávia Takafashi esclarecer alguns pontos.

“O documento elaborado pela EPL para embasar os estudos não é o objeto desta audiência pública. A gente discute o resultado derivado dele e, com isso, as possíveis restrições ou não de participação que, ao fim desse processo de audiência pública, vão passar pelo crivo da agência”.

Outro ponto levantado na audiência foi uma hipotética prioridade dada pelo Poder Público à movimentação de contêineres no Porto de Santos. Em resposta, diretor de Novas Outorgas do Ministério da Infraestrutura, Fábio Lavor, lembrou leilões recentes realizados no complexo santista. “Nosso olhar não é só para contêineres”.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*  
*Data: 20/04/2022*



Ministério da Infraestrutura

## GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

### GOVERNO FEDERAL VAI INVESTIR EM CONSERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTRADAS NO PARÁ

Ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, reforçou a importância das obras nas BRs-158, 155, 422 e 316 para oferecer mais segurança aos usuários e garantir o escoamento da produção regional

As BRs-158, 155, 422 e 316, no Pará, terão investimentos do Governo Federal em manutenção, duplicação e construção de pontes, garantiu o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, nesta quarta-feira (20). “Vamos fechar o conjunto de pontes que estão sendo construídas na BR-158 e fazer a manutenção da BR-155 para dar mais segurança ao tráfego e manter o escoamento das produções e das nossas riquezas”, detalhou o ministro, em reunião com o deputado federal Joaquim Passarinho (PL-PA).

O Ministério da Infraestrutura (MInfra) trabalha ainda no projeto de concessão da BR-158. “A ideia é trazer a força e a eficiência do setor privado para a região”, reforçou Sampaio. Na BR-316, a pasta aguarda o período da estiagem para executar as obras de duplicação. Além disso, atua na emissão das licenças junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para iniciar as obras de modernização da BR-422.

#### Assessoria Especial de Comunicação

Ministério da Infraestrutura

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF*  
*Data: 20/04/2022*

## APÓS DESESTATIZAÇÃO, CODESA ANUNCIA NOVOS DIRETORES

Em comunicado, Companhia Docas do Espírito Santo confirma nome dos executivos que levarão a empresa a uma nova fase



***Leilão da Codesa foi a primeira desestatização portuária realizada na história do país - Foto: Codesa/Divulgação***

A Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa - comunica que, na data de 19 de abril de 2022, o diretor presidente, Júlio Castiglioni, e o diretor de Operações e Infraestrutura, João Augusto da Cunhalima, apresentaram ao Ministério da Infraestrutura o pedido de exoneração de seus respectivos cargos.

Os executivos, que iniciaram sua gestão em 2019, se desligam da companhia após conduzi-la ao primeiro leilão de desestatização de uma autoridade portuária no Brasil, fato ocorrido no último dia 30 de março.

No período em que estiveram à frente da empresa estatal, contribuíram com protagonismo para melhoria da governança, dos resultados econômicos, sociais e operacionais do Porto de Vitória. Nestes anos, a reconquista da credibilidade da Companhia Docas teve seu ponto máximo no resultado da sua venda, um negócio cujo valor estimado ultrapassou R\$ 2 bilhões. Para que isso fosse possível, ao longo dos três últimos anos operou-se um profundo choque de gestão que se fez perceptível, por exemplo, em recordes de movimentação de cargas e de receita, inauguração de obras, avanços em compliance, além da racionalização do custeio da Companhia, interrompendo uma série histórica de déficits ocorridos até 2018.

O Ministério da Infraestrutura, nesta mesma data, indicou Bruno Fardin para ocupar a função de diretor presidente e para responder, interinamente, pela Diretoria de Operações e Infraestrutura, deixada por Cunhalima.

Para a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento, até então ocupada por Bruno Fardin, o Ministério indicou Raquel de Moura Barbosa Guimarães, que teve atuação destacada no desenvolvimento de novos negócios e nos estudos de benchmarking para a modelagem da concessão do Porto de Vitória.

Competirá ao Conselho de Administração da Codesa a confirmação da nomeação dos novos diretores indicados.

### Perfis

#### **Bruno Luciano Fardin**

Engenheiro eletricista formado pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, cursou MBA em Gestão Empresarial pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, Programa de Desenvolvimento de Executivos – PDE e PCR –, Programa para Capacitação de Resultados e Gestão de Pessoas pela FDC – Fundação Dom Cabral.

Ingressou como trainee em empresa de grande porte na área industrial e atuou em posição de liderança desde 2007. Desde 2019, ocupava o cargo de Diretor de Planejamento de Desenvolvimento da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa.

#### **Raquel de Moura Barbosa Guimarães**



Graduada em Marketing pela universidade de Vila Velha – UVV e Letras Inglês pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, cursou MBA em Gestão Empresarial pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, Port Management e Business Development pela Antwerp Port Training Center – APEC/Porto de Atuérpia, Bélgica.

Ingressou na Codesa em 2010, por intermédio de concurso público, onde ocupava o cargo de Coordenadora de Marketing e Desenvolvimento de Negócios (Comark).

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF*

*Data: 20/04/2022*



Governo Federal

Ministério da Economia

**GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF**

### **COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL PRORROGA PRAZO DE ADESÃO AO RELP PARA 31 DE MAIO**

Prazos para entrega da declaração do MEI e para regularização de dívidas impeditivas da opção pelo Simples Nacional também foram adiados

Em reunião ocorrida nesta quarta-feira (20/4), o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) decidiu prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp) para o último dia útil do mês de maio de 2022 (31/5).

O prazo para regularização das dívidas impeditivas da opção pelo Simples Nacional também foi adiado, mudando de abril para o último dia útil do mês de maio (31/5). Já a entrega da declaração anual do Microempreendedor Individual/MEI (DASN-SimeI), antes prevista para o fim de maio, poderá ser realizada até o último dia útil do mês de junho (30/6).

O adiamento da adesão ao Relp se tornou necessário para adequação do calendário, até que seja definida a sua fonte de compensação, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A Receita Federal já está com tudo pronto para operacionalizar o parcelamento.

Os demais prazos foram ajustados para permitir que empresas que tenham optado pelo Simples até 31 de janeiro possam aproveitar o parcelamento especial, regularizar suas dívidas e permanecer no regime, além de evitar o acúmulo de obrigações em um curto espaço de tempo.

A Resolução CGSN nº 168/2022 será encaminhada para publicação no Diário Oficial da União.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*

*Data: 20/04/2022*

### **ECONOMIA E DEFESA REALIZAM AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE COMPRA DE MÁQUINAS PARA O PROGRAMA CALHA NORTE**

Estima-se a aquisição de 476 equipamentos destinados aos conveniados

Os Ministérios da Economia e da Defesa realizam no próximo dia 6 de maio audiência pública para o registro de preços nacional de maquinário agrícola e de construção utilizados na execução do Programa Calha Norte (PCN). A ação é uma parceria inédita entre os órgãos para a centralização de procedimentos licitatórios e gerenciamento de registro de preços.

Estima-se a aquisição de 476 máquinas pesadas, destinadas aos conveniados do programa, custeadas mediante transferências voluntárias de recursos orçamentários. Na audiência pública serão demonstrados os requisitos necessários para a contratação, as vantagens da compra de escala e os bens que se busca contratar, com suas quantidades e especificações. A sessão virtual





da Audiência Pública nº 2/2022 será realizada às 10 horas e transmitida pelo canal do ME no Youtube. As contribuições para o tema poderão ser enviadas até o dia 10 de maio para o e-mail [central.estrategia@economia.gov.br](mailto:central.estrategia@economia.gov.br).

As carregadeiras, escavadeiras, motoniveladoras, retroescavadeiras e os rolos compactadores e tratores serão destinados aos municípios integrantes do Programa Calha Norte, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Os municípios estão distribuídos entre os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A centralização dos procedimentos a partir da parceria entre os ministérios prestará apoio aos estados e municípios, de forma a garantir eficiência, eficácia e celeridade na execução dos convênios atuais e futuros firmados no âmbito do PCN.

Os convênios são registrados e apresentados na Plataforma + Brasil, de acesso público.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*

*Data: 20/04/2022*

## **DEBATE NOS EUA MOSTRA QUE BRASIL ESTÁ BEM POSICIONADO PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS GLOBAIS**

Ministro da Economia falou em Washington sobre “O Futuro Econômico do Brasil em Tempos de Mudança”, nesta terça-feira (19/4)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, falou sobre o tema “O futuro econômico do Brasil em tempos de mudança” em debate promovido, nesta terça-feira (19/4), pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS, na sigla em inglês), em Washington, nos Estados Unidos. Guedes destacou, entre outros pontos, a eficácia das ações brasileiras no combate à pandemia da Covid-19; a agenda de reformas estruturais; as oportunidades de negócios que o país oferece para investidores do mundo inteiro; e o processo de acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O diálogo foi conduzido pelo vice-presidente sênior do CSIS, Daniel F. Runde.

Sobre as ações contra os impactos provocados pelo novo coronavírus, Guedes ressaltou que 68 milhões de brasileiros tiveram seus dados digitalizados durante a pandemia e receberam transferência de renda – mecanismo que garantiu rápido apoio à parcela da população mais desassistida. Lembrou, ainda, que durante a fase mais crítica, 11 milhões de empregos formais foram preservados por meio do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Guedes afirmou que em 2020, a retração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi de 3,9%, bem mais suave que a queda observada em diversos países avançados, o que comprovou a eficácia das medidas adotadas pelo governo para proteger o Brasil dos impactos da Covid-19.

Guedes apontou os avanços que o país vem obtendo no processo de acessão à OCDE, além de conquistas em outras agendas internacionais, como a do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia.

O ministro da Economia enfatizou que o Brasil tem papel essencial diante do desafio global provocado pela ruptura de cadeias produtivas desde a deflagração da pandemia da Covid-19 ao ser um player-chave em segurança alimentar e energética no mundo. “O Brasil está bem posicionado para enfrentar a crise”, salientou.

Paulo Guedes também lembrou que o atual governo deixou para trás o modelo dirigista da economia e está transformando o Brasil em uma grande economia de mercado, impulsionada pelos investimentos privados. As oportunidades de negócios no Brasil envolvem inúmeros setores, explicou o ministro, abrangendo segmentos como gás natural, petróleo, saneamento, telecomunicações, eletricidade e navegação de cabotagem, entre outros.



O CSIS é reconhecido como um dos principais think tanks – organizações de pesquisa sobre ideias práticas para enfrentar os maiores desafios da atualidade, nos temas políticos, econômicos ou científicos – do mundo. Segundo o centro, o Brasil – além de ser a maior economia da América do Sul e desempenhar papel vital no futuro econômico da região – tem forte influência em setores como tecnologia, energia, indústria e agricultura.

### Agenda

O ministro da Economia participou hoje também de diálogo com representantes empresariais norte-americanos que têm interesse comercial e de investimentos no Brasil. O encontro foi realizado na sede do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu), em Washington, capital americana. Na ocasião, apresentou dados atualizados sobre o processo de recuperação e falou sobre a agenda de reformas estruturais no Brasil.

Paulo Guedes também esteve reunido nesta terça-feira com a ministra de Finanças da Indonésia, Sri Mulyani. A Indonésia preside o G20 – que reúne as maiores economias do mundo – em 2022 e está responsável pela coordenação da reunião de Ministros de Finanças do grupo, prevista para esta quarta-feira (20/4). O Brasil negocia acordos de livre comércio com a Indonésia e o Vietnã que podem ter impacto de R\$ 25,7 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro até 2040, apontam estudos da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

Os ministros Paulo Guedes e Sri Mulyani trataram dos principais temas para a agenda da reunião desta quarta-feira do G20 e reafirmaram a importância de manter estreita a coordenação. Na quinta-feira (21/4) será realizada a Reunião de Primavera do FMI e Banco Mundial.

Confira a agenda completa do ministro Paulo Guedes nesta quarta-feira (20/4)  
<http://antigo.economia.gov.br/Economia/agendas/gabinete-do-ministro/ministro-da-economia/paulo-guedes/2022-04-20?month:int=4&year:int=2022>

### Comitiva

Acompanham o ministro da Economia na agenda nos Estados Unidos para a reunião anual do Banco Mundial e do FMI o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Roberto Fendt; o secretário de Assuntos Econômicos Internacionais, Erivaldo Alfredo Gomes; e o secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*  
*Data: 20/04/2022*

## GOVERNO FEDERAL E COMPANHIA DOCAS/PB PROMOVEM NOVO MARCO HISTÓRICO NO DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO DA PARAÍBA

Contrato de cessão torna o Porto de Cabedelo o primeiro complexo portuário do Brasil a ter 100% das áreas continentais regularizadas

O Porto de Cabedelo, na Paraíba, se tornou nesta terça-feira (19/4) o primeiro complexo portuário do Brasil a ter 100% das áreas continentais regularizadas através da assinatura de contrato de cessão em condições especiais, em que o governo federal, por meio da Secretaria de Governança e Patrimônio da União (SPU), oficializa a gestão do Porto à Companhia Docas.

Em solenidade realizada nas dependências da Companhia Docas/PB, definiu-se um novo marco histórico no desenvolvimento portuário da Paraíba, finalizando um processo de regularização que já dura quase 20 anos. A cessão foi autorizada pela SPU, que vem realizando um trabalho de modernização em seus procedimentos, e em 2020, editou uma série de normas que desburocratizaram a cessão de áreas da União para fins de desenvolvimento econômico.

Dessa forma, a cessão das áreas foi definida considerando a portaria da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia (SEDDM/ME) nº 7.397, de junho de 2021, que instituiu o regime especial de governança de destinação de imóveis da



União. Este regime prevê o reinvestimento de todo o valor obtido com as movimentações portuárias na infraestrutura do Porto de Cabedelo, que, em 2021, movimentou, em cargas, 1.319.129 milhão de toneladas de gêneros como combustíveis, grãos e petcoke (produto sólido resultante da destilação do petróleo), beneficiando diretamente toda a população paraibana e parte de municípios dos estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A regularização das áreas da poligonal do Porto de Cabedelo foi iniciada em 2004, em cumprimento ao previsto no Convênio de Delegação nº 09/97, celebrado entre o Ministério dos Transportes e o estado da Paraíba para a exploração do Porto. O contrato de cessão envolve as áreas primária e secundária da poligonal do Porto, que estão divididas em sete áreas, sendo dois na primária e cinco na secundária. O processo de regularização cartorária das áreas da poligonal também possibilitará maior segurança jurídica às empresas que assinam contratos de arrendamento com o porto organizado.

Com a cessão, o estado da Paraíba recebe da União um investimento de mais de R\$ 140 milhões para promover melhorias na infraestrutura do porto, aumentando o fluxo de exportações e qualificando a área para receber cruzeiros. Os valores arrecadados com essa movimentação, em vez de serem destinados à União, serão reinvestidos no próprio porto, favorecendo sua modernização e qualificação, aumentando seu potencial competitivo e, conseqüentemente, propiciando maior desenvolvimento econômico.

A cerimônia contou com a presença do secretário-adjunto de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU), Martim Ramos Cavalcanti; do superintendente da SPU na Paraíba, Arthur Navarro; do diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da Secretaria Nacional de Portos (SNPTA), Otto Burlier; da presidente das Docas-PB, Gilmara Temóteo; além de representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), da Capitania dos Portos da e comunidade portuária.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF  
Data: 20/04/2022*

## **ESTUDO DO ME MOSTRA QUE SOLUÇÕES 5G PODEM PROPORCIONAR BENEFÍCIO DE R\$ 590 BILHÕES POR ANO**

Outros números levantados dizem respeito ao potencial de software. A expectativa de valor total acumulado até 2031 é R\$ 101 bilhões, distribuídos entre R\$ 10 bilhões para software de rede

Na manhã desta terça-feira (19/4), a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) apresentou, durante o webinar 5G Brasil: Recomendação de Políticas Públicas, os resultados de estudo que mapeou o ecossistema de inovação voltado ao desenvolvimento de soluções digitais e aplicações da tecnologia 5G no Brasil.

Desde o início, essa iniciativa esteve alinhada às ações previstas na Estratégia Brasileira de Transformação Digital (e-Digital), capitaneada pela Casa Civil da Presidência da República e apoiada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). O objetivo é construir o programa de forma colaborativa com os diversos órgãos e entidades envolvidos na matéria.

A partir de entrevistas com diversos atores da cadeia de informática e de telecomunicações, foi percebido que a nova geração da banda larga móvel poderia ser uma alavanca para catapultar o mercado de economia digital como um todo, com foco principal nos setores de software e de startups.

Desde então, foram analisadas experiências internacionais, mapeada a maturidade do ecossistema brasileiro, estimada a demanda por estes produtos e serviços em diversas verticais da economia, estudados os gargalos, oportunidades e riscos e, por fim, encomendadas recomendações de ações de política pública a serem adotadas.

Durante o webinar, a secretária especial da Sepec, Daniella Marques, afirmou que falar em 5G é destacar um mercado em movimento no Brasil, com muitas possibilidades ainda inexploradas. “A expectativa é muito grande pela transformação. Hoje nós temos um legado de cerca de R\$ 1 trilhão em investimentos contratados, que vai fazer a expansão da rede, que vai elevar para um patamar de mais capacidade, e isso é um mar de oportunidades, para ser digital, para mais produtividade, para a educação e para o empreendedorismo, onde nós deixaremos um legado contratado de transformação econômica e social”, enfatizou.

Também participaram do evento – realizado pela Teletime News, sob o patrocínio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) – o diretor da ABDI, Igor Calvet; a representante do PNUD, Katyna Argueta; e o diretor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, José Gontijo, entre outros.

### Confira os principais resultados do estudo:

- Entre os países líderes, evidenciou-se uma diversidade de estratégias nacionais para proporcionar o avanço do 5G, mas que se assemelham na realização de políticas públicas que visam alavancar os elementos do ecossistema mais consolidados dos respectivos países, como empresas de telecomunicações, desenvolvedores de infraestrutura de rede, universidades e startups;
- O mercado de 5G é formado por um ecossistema composto por atores diretos e influenciadores que atuam em direção ao seu desenvolvimento. O ecossistema brasileiro ainda é incipiente, mas espera-se que a realização do leilão e o avanço da conectividade possam fornecer maior agilidade para o amadurecimento do mercado;
- A utilização de soluções 5G pode proporcionar um benefício de R\$ 590 bilhões por ano para todas as verticais da economia. Quando focamos apenas na demanda potencial de software, a expectativa de valor total acumulada até 2031 é R\$ 101 bilhões, distribuídos entre R\$ 10 bilhões para software de rede, destacando-se a oportunidade do Open RAN para desenvolvimento do ecossistema e parcerias internacionais, e R\$ 91 bilhões para software de aplicações;
- Através da identificação das cinco principais barreiras para o desenvolvimento do ecossistema de 5G no Brasil, foram levantadas 96 sugestões de ações e propostas de políticas públicas, classificadas em oito temas, dos quais foram priorizados – Desenvolvimento de capital humano; Desenvolvimento de infraestrutura; Empreendedorismo; Estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação; Suporte financeiro e tributário; e Coordenação e aproximação do ecossistema – visando formar a base de um programa nacional estruturante para o avanço do 5G no país.

### **Acesse os relatórios com os resultados dos estudos.**

<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/outros-relatorios>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 20/04/2022



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**EDITORIAL - O CAMINHO CERTO**

O Ibama lançou, nesta semana, um Termo de Referência (TR) Modelo para Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) de empreendimentos portuários. O objetivo é facilitar o licenciamento ambiental nos portos, tornando mais acessíveis os estudos



ambientais necessários nesse processo, agilizando esse procedimento - fala-se, pontualmente, em redução de tempo para a emissão de documentos - e, por fim, ampliando a transparência nessa fase, estratégica para o desenvolvimento desses empreendimentos.

Trata-se de uma iniciativa válida da autoridade ambiental federal, tradicionalmente criticada pela demora na liberação de empreendimentos portuários. E vem em boa hora, especialmente neste momento da economia brasileira, quando a iniciativa privada está ampliando sua participação em mercados antes dominados pelo poder público. Aliás, a medida é uma boa resposta diante da fama do Governo, que sempre aparece em péssimas colocações nos rankings de países facilitadores de novos negócios.

Que a iniciativa do Ibama cumpra o que prometeu, efetivamente simplificando o licenciamento ambiental e garantindo o desenvolvimento econômico, sem, no entanto, deixar de preservar o meio ambiente. E que tal exemplo seja seguido por outros órgãos do Governo. É possível, sim, ter uma administração ágil e eficaz, fomentando o crescimento do País, sem abrir mão do respeito ao ecossistema. E esse é o caminho que Brasília deve seguir. Não é uma jornada simples, mas é a correta para garantir um futuro pleno para a sociedade brasileira.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 20/04/2022*

### **REGIÃO SUDESTE - HUB – CURTAS**

*Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)*

#### **RUMO I**

A operadora logística Rumo (Grupo Cosan) fechou o último mês com uma alta de 10% em sua movimentação de cargas, na comparação com março do ano passado. O crescimento foi impulsionado principalmente pelas operações de farelo de soja (que saltou de 0,7 bilhão de TKU para 0,9 bilhão de TKU) e pelo aumento de 11% no transporte de mercadorias pela Malha Central. Sua movimentação de contêineres registrou uma expansão de 31,4% no período. Esses dados constam de relatório da XP Investimentos divulgado na noite da última segunda-feira.

#### **RUMO II**

Segundo o estudo da XP, elaborado pelos analistas Pedro Bruno e Lucas Laghi, apesar de os preços não terem compensado a alta do diesel, os dados de março são “uma indicação positiva do posicionamento da Rumo para exportações de grãos do Mato Grosso em 2022”. Eles ainda destacam que a Rumo ampliou sua participação nesse mercado, chegando a 44% (eram 42% em março de 2021 e 40% em março de 2020), enquanto o Arco Norte caiu para 31% (foram 34% em 2021), mesmo com a pavimentação da BR-163.

#### **PASSAGEIROS**

A regulamentação do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros (Triip) é uma das prioridades do Governo Federal, destacou o secretário-executivo substituto do Ministério da Infraestrutura, Felipe Queiroz, ontem, durante palestra no workshop Triip Brasil – Salvando Vidas, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sancionado no último mês de janeiro, o marco legal do Triip estabelece novas regras para a exploração da forma de locomoção e garante maior segurança aos usuários, determinando que os operadores precisam ter inscrição estadual e vedam a venda de bilhetes no caso de serviço de transporte não regular.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 20/04/2022*

### **REGIÃO SUDESTE - CSN MINERAÇÃO RECEBE AVAL PARA SEGUNDA ETAPA DE PROJETO DE EXPANSÃO EM ITAGUAÍ**

A partir dessa autorização, empresa pretende emitir debêntures para o financiamento do empreendimento

*Por TALES SILVEIRA [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)*



**Localizado no Porto de Itaguaí, o Tecar é capaz de exportar mais de 42 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, em seu berço 102**

A Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura aprovou, como prioritária, a segunda etapa do Projeto Expansão Tecar, da CSN Mineração, no Terminal Portuário de Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí (RJ). O anúncio foi feito no Diário Oficial da União de ontem, dia 19.

**A CSN Mineração S.A. é a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil, além de estar entre as cinco mais competitivas no mercado transoceânico. Possui reservas de mais de 3 bilhões de toneladas, nas minas de Casa de Pedra e do Engenho**

A partir desse aval, a CSN pretende emitir as chama das debêntures incentivadas. Os títulos, que existem desde 2011, ganharam notoriedade no mercado nos últimos anos. Tratam-se de papéis de renda fixa do mercado de crédito privado, emitidas por empresas que buscam se capitalizar.

Com o Projeto Expansão Tecar, a CSN Mineração quer ampliar a capacidade operacional de seu terminal de exportação de minério de ferro em Itaguaí. A iniciativa prevê tanto a expansão de sua infraestrutura, como a modernização das instalações, com a adequação dos pátios e dos sistemas transportadores existentes, a realização de obras offshore e onshore e obras de arte e, ainda, a implementação e a modernização de estruturas de apoio operacional.

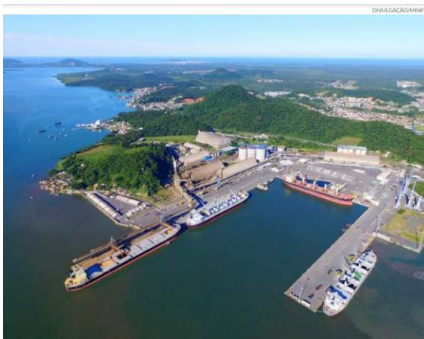
O BE News tentou contato com a CSN Mineração. Contudo, até o fim desta edição, não houve resposta.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 20/04/2022**

## **REGIÃO SUDESTE - ANTAQ CONVOCA INTERESSADOS EM CONSTRUIR TERMINAL PORTUÁRIO EM SÃO FRANCISCO DO SUL/SC**

**Por TALES SILVEIRA [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)**



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq, o órgão regulador do setor) publicou ontem, no Diário Oficial da União (DOU), que receberá, no prazo de até 30 dias, pedidos de autorização para construção e exploração de instalação portuária na região geográfica do município de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. O requerimento e o instrumento convocatório, estão no site agência: <https://www.gov.br/antag/pt-br/assuntos/instalacoes-portuarias/instalacoes-privadas>, podendo também ser obtidos em sua Secretaria Geral (SGE), em Brasília.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 20/04/2022**

## **REGIÃO SUDESTE - ABTP PEDE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA CONSULTA SOBRE LICITAÇÃO DO STS10**

Impactos concorrenciais, contratos e reorientação da área para carga containerizada estão em discussão

Por **BÁRBARA FARIAS** [barbara@portalbenews.com.br](mailto:barbara@portalbenews.com.br)



**Novo terminal será destinado à movimentação e armazenagem de cargas containerizadas e terá uma área total de 601.101m<sup>2</sup>**

O prazo da consulta pública sobre o processo de licitação da área STS10, no Porto de Santos (SP), previsto para terminar amanhã, dia 21, poderá ser prorrogado. A ampliação por 60 dias foi solicitada pelo presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, durante a audiência pública virtual realizada na manhã de ontem, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O pedido será analisado.

Atualmente, há seis contratos ativos de operadores na área do STS10, movimentando carga geral, contêineres, granel sólido mineral e produtos químicos. Os terminais que operam na área são a Santos Brasil (dois lotes), Termares – Terminais Marítimos Especializados Ltda., Brasil Terminal Portuário (BTP), Conport Afretamentos Marítimos e Ecoporto Santos.

A situação dos contratos e o reordenamento das áreas do STS10, previsto no PDZ/2020, para carga containerizada, são os pontos principais de discussão na consulta pública para o processo licitatório.

Segundo apresentação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) na audiência de ontem, dos seis arrendamentos em operação nos terrenos do STS10, cinco são regidos por contrato de transição, cuja vigência é limitada ao prazo de 180 dias ou até a realização do processo licitatório da área, o que ocorrer primeiro. Já a empresa Ecoporto Santos tem contrato de arrendamento com vigência até junho de 2023, prorrogável. No entanto, o Ministério da Infraestrutura (Minfra) não pretende prorrogar o contrato.

De acordo com a EPL, “da perspectiva contratual, os arrendamentos existentes não se constituem como impedimentos para a futura licitação da área”.

**Atualmente, há seis contratos ativos no STS10, de operadores de carga geral, contêineres, granel sólido mineral e produtos químicos. Os terminais são a Santos Brasil (duas áreas), Termares – Terminais Marítimos Especializados Ltda., Brasil Terminal Portuário (BTP), Conport Afretamentos Marítimos e Ecoporto Santos. EPL diz que contratos serão concluídos em curto prazo e não vê impedimentos para a licitação da área**

Conforme a EPL, a reorientação do PDZ/2020 para o STS 10, para carga containerizada, visa “ganhos de produtividade com a majoração do valor do bem público”. A EPL aponta um crescimento de 12,5% na movimentação de carga no Porto de Santos, em 2021, e observa que neste cenário “os terminais existentes operam no limite ou perto do limite de suas capacidades, exigindo capacidades adicionais”.

O presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição Silva, solicitou mais prazo para o encaminhamento de contribuições, pois questiona os riscos na concorrência para o arrendamento do STS10. “Riscos concorrenciais que a gente vê seriamente ocorrer. Nós não temos dúvidas de que precisa aprimorar mais essa questão da participação, para que não ocorra um cerceamento da concorrência. Quando o objetivo é aumentar a concorrência de terminais, mas da forma que está hoje, limitando somente à participação de armadores em



consórcio, com a saída de terminais independentes, nós entendemos que isso tende a diminuir a concorrência entre terminais no porto”.

Jesualdo chamou a atenção ainda para possível monopolização de cargas. “Na questão do mercado relevante, quando se estende geograficamente, reunindo outros três terminais que já são integrados a esse grupo de armador, pode estar havendo o geo self preference no encaminhamento das cargas. A ABTP entende que precisa amadurecer mais. E, por isso, nós também protocolamos um pedido de prorrogação do prazo para entrega das documentações. Nós temos trabalhos contratados e sabemos que o intuito aqui é prover uma concorrência, o desenvolvimento do Porto de Santos e o desenvolvimento do Brasil. Não podemos, diante desse cenário, querer propiciar concorrência quando, na realidade, a gente estaria fomentando quase que uma monopolização das cargas no Porto de Santos”, concluiu. Jesualdo propôs uma prorrogação de 60 dias para encaminhamento de contribuições à consulta pública do leilão do STS10.

O sócio da Agência Porto Consultoria Ivan Jardim sugeriu redução no item de Movimentação Mínima Exigida (MME). “Um dos pontos que pode trazer maior competitividade ao STS10 é a diminuição da MME, a Movimentação Mínima Exigida, que é estipulada nos documentos. Estamos cientes que esse cálculo tem como fundamento frente às recomendações do Acordão 1750/221, do TCU, para publicar o STS8 e o STS8A. O TCU fez uma análise junto ao Minfra em cima de cinco diferentes metodologias para chegar a um alfa de 53%. O alfa para o STS10 está em apenas 17%. Fica claro que dá para melhorar nesse ponto”, ressaltou.

### CRONOGRAMA

Conforme o cronograma previsto pela Antaq, o prazo de consulta pública encerrará amanhã. Terminado o prazo, as contribuições serão analisadas pela agência para posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas da União (TCU), que deverá apresentar o acordão no terceiro trimestre deste ano. Já o lançamento do edital e o leilão do STS10 estão previstos para o quarto trimestre, e a assinatura do contrato com a nova arrendatária para o primeiro trimestre de 2023.

### STS10

O futuro terminal a ser implantado no local será destinado à movimentação e à armazenagem de cargas containerizadas e terá uma área total de 601.101m<sup>2</sup>. Os investimentos previstos são de R\$ 3,29 bilhões. A futura arrendatária deverá realizar os investimentos necessários para o Terminal STS10 ser dotado de capacidade operacional para, no mínimo, 1,9 milhão TEUs/ano.

Entre as obras a serem feitas, estão: construção de cais de atracação com extensão total de 1.209 metros lineares; dragagem de aprofundamento na área dos berços de atracação; construção de pátio (retroárea), na área compreendida entre o cais existente e o novo cais, de aproximadamente 97.310m<sup>2</sup>; e implantação de ramal ferroviário com extensão total de no mínimo 1.500 metros.

O valor global estimado do contrato é de R\$ 27,8 bilhões. A duração será de 25 anos, com celebração de contrato e início das operações previstas para 2023. Os valores de arrendamento devidos pela licitante vencedora à administração do porto serão: R\$ 6,2 milhões em parcelas fixas mensais e R\$ 54,55 por contêiner movimentado.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 20/04/2022*

### ARRENDAMENTO, INVESTIMENTOS E O ECOPORTO SANTOS

*Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br*

Uma questão a ser resolvida é o contrato do Ecoporto Santos S.A, antigo Tecondi (Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.), que já solicitou a prorrogação da validade do arrendamento da área. Segundo a EPL, o pedido foi indeferido, contudo foi aprovado o Termo de Risco de Investimentos (TRI) no valor de R\$ 142,024 milhões.



De acordo com a EPL, a Antaq ainda deverá realizar novos cálculos para definir o valor do reequilíbrio contratual, considerando a não prorrogação do contrato e eventual parcela não amortizada dos investimentos realizados.

Foi estabelecida, na minuta do edital, a obrigação da futura arrendatária de depositar em conta indicada pelo poder concedente aproximadamente R\$ 287,7 milhões, correspondente ao valor do TRI atualizado para a data-base de 09/2021.

A Ecoporto, conforme a EPL, alega ter sido prejudicada por reordenação de áreas do terminal, pleito que, em princípio, a Antaq não reconhece. Diante disso, a arrendatária solicitou que a questão seja submetida à arbitragem. O poder concedente e a Antaq ainda não se manifestaram sobre a realização de arbitragem e possível inclusão de eventual indenização na modelagem da área STS10.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 20/04/2022*

## REGIÃO NORDESTE - IBAMA PUBLICA TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO PARA LICENCIAMENTOS PORTUÁRIOS

GOVERNO QUER GARANTIR MAIOR TRANSPARÊNCIA E TORNAR MAIS CÉLERE O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

*Por TALES SILVEIRA [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)*



***O modelo, que atende portos organizados e terminais portuários, busca tornar os requisitos dos estudos ambientais exigidos na primeira fase do licenciamento mais acessíveis para o empreendedor***

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apresentou, nesta semana, um Termo de Referência (TR) Modelo para Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto

Ambiental (EIA/Rima) de empreendimentos portuários. O modelo proposto servirá a portos organizados e terminais portuários e objetiva tornar os requisitos dos estudos ambientais exigidos na primeira fase do licenciamento mais acessíveis para o empreendedor. A ideia é padronizar os estudos pedidos pelo Instituto e, também, para o Ibama, que manterá o foco nos aspectos específicos da região e do projeto.

Com isso o Governo pretende tornar o processo de licenciamento ambiental mais transparente. E também busca diminuir o tempo para emissão do “TR Final”, que é o primeiro documento entregue ao empreendedor pelo Ibama durante o processo de licenciamento. Segundo a Instrução Normativa 184/2008 do Ibama, o prazo para o envio do termo é de 60 dias.

### O QUE É O EIA/RIMA

O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) integram um levantamento exigido pelo Ibama do empreendedor, na fase de obtenção da Licença Prévia (LP) do projeto ou da atividade que se pretende executar, que traz as características ambientais da região em que se pretende implantar a unidade ou o serviço com potencial poluidor.

Esses estudos são preparados pelo empreendedor com base no TR apresentado pelo Ibama. Devem conter os diagnósticos físico, biológico e socioeconômico das áreas influenciadas pelo empreendimento, identificar os possíveis impactos negativos que a instalação do projeto poderá causar. Também têm de propor medidas para mitigar os impactos, ou compensá-los, e, no caso

de impactos positivos, prever ações para potencializá-los. A aprovação do EIA para análise técnica do Ibama é dada apenas após a comprovação do cumprimento dos itens exigidos no termo.

### REQUISITOS E EXIGÊNCIAS

O TR Modelo mostra uma série de requisitos que serão analisados pelo Ibama para obtenção da licença. Inicialmente, é necessário fazer a descrição do empreendimento/atividade e o ambiente em que se desenvolverá, apresentar breve histórico sobre a empresa e o respectivo processo de licenciamento ambiental. Também deve indicar os objetivos do empreendimento e suas relevâncias econômica, social e política nas esferas regional, estadual, nacional e internacional (quando couber), além de justificar a necessidade da sua implantação e operação.

A documentação a ser apresentada deve, ainda, trazer informações sobre as diversas estruturas físicas que vão integrar o porto ou terminal portuário, tais como: cais para atracação, píeres, estruturas de proteção marítima, pátios rotativos para veículos de carga, retroárea e edificações, além dos acessos terrestres e marítimos, indicando os locais e a estimativa de volumes de dragagem/derrocamento e de descarte de material dragado/ derrocado e, também, a estimativa de movimentação de cargas para os primeiros quatro anos de operação do terminal portuário.

Também é preciso identificar as intervenções previstas (dragagem, enrocamento, aterro, terraplanagem, escavação, derrocamento, entre outros) e as respectivas cotas atual e de projeto, no layout do empreendimento, sobreposto por imagens orbitais e/ ou fotografias aéreas e imagens geoacústicas (ambiente submerso). E ainda deve constar as poligonais das áreas a serem dragadas e das áreas de disposição propostas e, depois, plotar em carta imagem o eixo dos traçados rodoviário e/ou ferroviário escolhidos, quilômetros de referência, projeções dos off-sets de corte e aterro, obras-de-arte correntes e especiais, obras de contenção e obras de drenagem de maior vulto, canteiros de obra, áreas de empréstimo, áreas de Deposição de Material Excedente (ADMEs) e áreas de Preservação Permanente (APP), entre outros pontos de interesse.

A ideia é que o TR Final do Ibama já identifique todas as questões apresentadas, trazendo análises das medidas potencializadoras para os impactos positivos importantes. Também propor medidas compensatórias para os impactos negativos, para os casos em que não é possível a aplicação de medidas para evitar, minimizar e/ou remediar.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 20/04/2022**

## INTERNACIONAL - PORTUGAL EXPORT VAI FOMENTAR COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRO

Novo fórum do Brasil Export foi lançado oficialmente ontem, em cerimônia em Lisboa

**Da Redação**



**Lançamento do Portugal Export reuniu empresários e autoridades brasileiras nessa terça-feira, em Lisboa. Vídeo da cerimônia pode ser conferido no canal do Brasil Export no Youtube.**

Mais novo fórum do Brasil Export, o Portugal Export terá como uma de suas missões aproximar os mercados brasileiro e português e fomentar o comércio e os negócios entre os dois países. O evento, que debaterá o desenvolvimento dos setores logístico, portuário e de transporte lusitanos,



foi lançado oficialmente ontem, em Lisboa, reunindo autoridades e empresários das duas nações.

A cerimônia foi presidida pelo CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, que aproveitou a oportunidade para anunciar a entrada do executivo Marcelo Sobreira na equipe de coordenação do Portugal Export, passando a atuar como diretor-executivo do conselho consultivo do novo fórum.

Em sua apresentação, Julião lembrou a jornada do Brasil Export, iniciada em 2003 ainda como Santos Export, fórum voltado a debater o desenvolvimento do Porto de Santos (SP). “Na época, tínhamos um cenário de empresários desunidos. E começamos a promover o diálogo, criamos uma comunidade saudável. Em 2018, ampliamos nossa atuação para todas as regiões do País e aqueles portos que se viam como concorrentes, passaram a entender que eles são, na verdade, complementares”, destacou.

Essa cultura de cooperação também será implantada na comunidade portuária e de transportes lusitana, a partir do Portugal Export. Um outro objetivo, segundo Julião, será aproximar as economias dos dois países. “Brasil e Portugal são países irmãos, que hoje têm uma relação pequena. Com o Portugal Export e seu conselho, com a participação do Marcelo (Sobreira), teremos a oportunidade de aproximá-los e desenvolver o comércio entre eles”, afirmou.

O CEO do Brasil Export ainda anunciou que a primeira edição do Portugal Export será em 17 e 18 de novembro. E explicou o alcance do fórum. “Não é um evento portuário, de logística, de prestadores de serviço ou de entidades de classe. Este é um evento multisetorial, voltado a debater o cenário português e integrar a economia das duas nações, fomentando novos negócios”

O lançamento do novo fórum recebeu o apoio de autoridades portuguesas, como diretor-presidente da Autoridade Portuária de Leixões, Nuno Araújo, que participou do lançamento. “O Portugal Export vem para ocupar um espaço estratégico, que realmente precisa ser ocupado. Será importante aproveitarmos a experiência do Brasil Export, de integrar e dinamizar as atuações do governo e de empresários, criar essa sinergia e fazer crescer nossa capacidade de exportação”.

A importância do evento também foi destacada pelo presidente-executivo da Associação dos Transitários de Portugal (Apat, que reúne a grande maioria dos operadores de carga da nação), Antônio Nabo Martins. “Este é um projeto novo, mas muito importante para Portugal, especialmente expandir seu comércio. (...) Podemos ser a porta de entrada, mas também a porta de saída para as exportações portuguesas”, afirmou.

O presidente da Autoridade Portuária de Sines e presidente da Associação dos Portos de Portugal (APP), José Luís Cacho, foi outro que destacou a atuação do Portugal Export no comércio luso-brasileiro. “O Brasil é um grande produtor de commodities e traz novas oportunidades de negócios. Este fórum (Portugal Export) e o Brasil Export pode ajudar a alavancar esses negócios e o comércio entre as nações”.

Entre as autoridades brasileiras, estavam os diretores-gerais da Agência Nacional de Transporte Terrestre, Rafael Vitale, e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), Eduardo Nery. Em sua fala, o representante da Antaq destacou o mérito do Brasil Export em reunir autoridades brasileiras e portuguesas ontem, uma prova do trabalho que poderá ser desenvolvido no Portugal Export. “Temos a oportunidade (com o Brasil Export e seu conselho) de criar essa sinergia tão necessária para Brasil e Portugal, criar o ambiente para que essas nações irmãs encontrem oportunidade de negócio e cresçam juntas”

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 20/04/2022**



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### GOVERNO DE SP APRESENTA PROJETO PARA TRANSFORMAR A MALHA FERROVIÁRIA DO ESTADO

Informação: Governo do Estado de SP (20 de abril de 2022 )



**Meta é desafogar o transporte rodoviário de cargas com a ativação de linhas regionais de trajeto curto e terminais intermodais – Foto: Divulgação / Governo do Estado de SP**

Para reduzir o custo do transporte, melhorar a competitividade da produção agrícola e industrial paulista e oferecer novas alternativas de transportes aos usuários e operadores logísticos, o Governo de São Paulo propôs um projeto de lei que autoriza a exploração da infraestrutura e dos serviços ferroviários no estado por meio de novas concessões à iniciativa privada.

Encaminhado pela Secretaria da Casa Civil à Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), a proposta é equilibrar a matriz de transportes de cargas, eliminando gargalos logísticos, reduzindo custos, tempo de viagem e emissão de poluentes, além de aumentar a mobilidade urbana e a capacidade logística com a interconexão de trechos ferroviários em operação.

O panorama estadual é de predomínio de 84% do modal rodoviário sobre 11% do ferroviário – sendo 9% pertencentes à CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). E mais da metade dos 5,7 mil quilômetros de trilhos no Estado apresentam baixa capacidade ou estão ociosos.

Com a revisão de trechos desativados – principalmente no entorno de regiões metropolitanas do Estado que apresentam saturação da malha rodoviária -, a revitalização do transporte sobre trilhos é uma alternativa sustentável à “malha subutilizada, abandonada, que provocam cicatrizes urbanas no interior paulista”, explica o Secretário de Logística e Transportes de São Paulo, João Octaviano Machado Neto.

Para revitalizar este cenário, a Secretaria de Logística e Transportes criou o GT (Grupo de Trabalho) Ferrovias de SP, que é coordenado por Luiz Alberto Fioravante. A equipe desenvolve o Plano Estratégico Ferroviário do Estado de São Paulo que reativará a malha de trilhos inoperantes nas cidades e alavancará economicamente o setor.

O Plano Estratégico já conta com o PAM-TL (Plano de Ação de Transporte de Passageiros e Logística de Cargas para a Macrometrópole Paulista), que prevê investimentos privados de cerca de R\$ 70 bilhões, sendo R\$ 54,2 bilhões na malha ferroviária em cinco regiões metropolitanas: São Paulo, Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e São José dos Campos. Juntas, concentram cerca de 70% do transporte de cargas do Estado e 32% do PIB nacional.

São cinco grandes iniciativas previstas no PAM-TL até 2040. Implantação do TIC (Trem Intercidades), que ligará São Paulo a Campinas, Sorocaba, Santos e São José dos Campos; linhas expressas de transportes de cargas; ferroanel na região leste do Estado; duplicação do trecho oeste do Rodoanel; e a licitação da Linha Verde – rota carbono zero de ligação bimodal

(rodoviária e ferroviária) entre São Paulo e o Porto de Santos para o escoamento da produção nacional.

Para a logística de cargas, o plano prevê ainda 13 pátios rodoferroviários com armazenagem de distribuição e transferência de modais (ferroviário e rodoviário, mesclando o uso de caminhões grandes fora das cidades e pequenos dentro dos municípios) com o objetivo de reduzir o tempo e o custo do transporte.

A exploração da infraestrutura e dos serviços ferroviários no Estado foi autorizada após aprovação da Lei Federal 14.273/2021. Considerado o novo marco regulatório do setor, a legislação permite o deslocamento pelas estradas de ferro por meio de shortlines (linhas de trajeto curto) que, agora, também estão sob responsabilidade de estados e municípios.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 20/04/2022*

## PORTO DE ITAJAÍ RECEBE NOVA ATRACAÇÃO DE NAVIO COM VEÍCULOS DA BMW

*Informação: Porto de Itajaí (20 de abril de 2022 )*



*Foto: Rodrigo Steffen (COSEG/SPI)*

Na madrugada desta terça-feira (19), navio com veículos da montadora alemã BMW atracou novamente no Porto de Itajaí, no berço 3 (cais público). Ao todo, 379 veículos da desembarcaram na cidade na atracação do California Highway. As operações de transporte de veículos (Roll On Roll Off) no Porto foram retomadas em março deste ano, após a paralisação em 2020 por conta da pandemia de Covid-19.

O navio com bandeira do Panamá pertence à companhia de transporte oceânico Armador K-LINE. A embarcação chegou do Porto de Santos (SP) e vai até Lima, no Peru. Essa é a segunda atracação da montadora BMW em Itajaí. Desta vez, a carga totalizou 745.308 toneladas.

### A operação em Itajaí

A movimentação Roll On Roll Off é um sistema em que os veículos são levados para fora do navio até uma área primária do Porto. Esse tipo de operação pode ser encerrado em menos de cinco horas, dependendo do volume e também do número de veículos a bordo.

### ABAIXO SEGUE LINK OFICIAL DA NOTÍCIA NO SITE PMI:

<https://itajai.sc.gov.br/noticia/28411/porto-de-itajai-recebe-nova-atracacao-de-navio-com-veiculos-da-bmw#.Y17g9drMKUk>

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 20/04/2022*

## NYK E MOL LANÇAM PROGRAMAS DE BIOCOMBUSTÍVEIS

*Informação: The Maritime Executive (20 de abril de 2022 )*

Duas das principais companhias marítimas do Japão anunciaram medidas para expandir o uso de biocombustíveis em suas operações. Tanto a NYK quanto a Mitsui OSK Lines estão continuando os esforços de teste à medida que buscam usar combustíveis alternativos para atender às metas ambientais de curto prazo. Várias companhias de navegação relataram testes individuais de

biocombustíveis com resultados positivos usando principalmente suprimentos de Roterdã e Cingapura. As empresas japonesas estão procurando expandir a disponibilidade de biocombustíveis.



***O biocombustível foi testado no Niseko Galaxy da MOL enquanto eles buscam construir um suprimento global de bunker (MOL Chemical Tankers)***

A Mitsui OSK Lines, por meio de sua empresa de propriedade integral MOL Chemical Tankers, está lançando um estudo sobre o fornecimento em grande escala de combustível biodiesel com a

Trafigura, comerciante líder de commodities, e sua empresa de fornecimento de combustível TFG Marine. As empresas estão estudando a oferta e infraestrutura para biodiesel com o objetivo de estabelecer uma oferta global de combustível biodiesel para a frota de navios químicos da MOL. A empresa informa que atualmente opera 78 navios-tanque químicos de alto mar, bem como seis navios-tanque adicionais.

Como parte do estudo conjunto, a TFG Marine recentemente forneceu biodiesel para um teste no mar usando o navio-tanque Niseko Galaxy operado pela MOL. Cerca de 200 toneladas métricas de biodiesel foram abastecidas no porto de Roterdã no início de março, com o navio navegando para a costa do Golfo dos EUA durante os testes no mar.

O objetivo é desenvolver uma oferta global de combustível biodiesel. Eles esperam alcançar uma redução de 25 a 30 por cento nas emissões de CO2 em uma mistura de 30 por cento de biodiesel e 70 por cento de óleo combustível pesado convencional.

A TFG, que foi formada em 2019 como uma joint venture entre Frontline, Golden Ocean Group e Trafigura Group, vem trabalhando para construir rapidamente suas operações de abastecimento. Em 2021, a empresa participou de mais um ensaio de trabalho de biodiesel com um navio-tanque de produtos LR1 do Grupo d'Amico. A TFG vem buscando expandir seu bunker de biodiesel como parte de seus esforços para contribuir com a descarbonização do setor marítimo.

Separadamente, o grupo NYK do Japão e sua afiliada Sanyo Kaiji Kabushiki Kaisha iniciaram uma navegação de teste de três meses usando biodiesel fornecido pela Toyotsu Energy Corporation em rebocadores operados pela Sanyo Kaiji. O biocombustível será fornecido via navio a navio usando um navio de abastecimento para fornecer combustível ao rebocador, a primeira vez que isso será feito no Japão.

O primeiro julgamento do bunkering ocorreu hoje, 19 de abril, no Porto de Nagoya, no Japão. O biocombustível fornecido ao rebocador da Sanyo Kaiji foi parcialmente derivado de óleo de cozinha residual coletado de empresas no Japão. A NYK relata que três testes de teste estão planejados para julho. Este fornecimento de biocombustíveis e navegação de teste estão sendo realizados com o apoio da Autoridade Portuária de Nagoya, ocorrendo no porto que movimenta o maior volume de mercadorias no Japão.

Assim como a TFG, a Toyotsu vem realizando testes para expandir o mercado de biocombustíveis. Eles realizaram o primeiro teste de operação de biocombustível por uma barçaça marítima em Cingapura em abril de 2021. O Grupo também realizou um teste de operação de biocombustível para uma embarcação oceânica da NYK Line em junho de 2021. O objetivo do

último teste no Japão é verificar a eficácia do uso de biocombustível derivado de óleo de cozinha usado para navios de comércio costeiro.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/04/2022

## IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES MOVIMENTA PORTOS DO PARANÁ, MAS FALTA ESPAÇO

Informação: Moneytimes (20 de abril de 2022 )



**O Brasil importa cerca de 85% dos fertilizantes que consome (Imagem: Reuters/Pascal Rossignol)**

Os portos do Paraná, um dos principais Estados agrícolas do Brasil, estão movimentado uma quantidade incomum de fertilizantes no momento, de acordo com autoridades portuárias que respondem pelas operações em Paranaguá e

Antonina.

A situação é reflexo da aceleração das compras por importadores brasileiros, que temiam que sanções à Belarus e depois à Rússia pudessem reduzir o comércio desses produtos.

O Brasil importa cerca de 85% dos fertilizantes que consome, e compradores brasileiros têm buscado trazer o produto mesmo sem ter onde armazená-los.

Paranaguá, um dos portos mais movimentados do país, tem 18 navios aguardando para descarregar cerca de 600 mil toneladas de fertilizantes de diversas origens, informou a autoridade portuária em comunicado.

Todo a capacidade de armazenamento de 3,5 milhões de toneladas do porto já está em uso, dificultando o trabalho de descarga, disse Luiz Garcia, presidente da Paraná Portos, que falou à Reuters nesta terça-feira.

A velocidade de descarga de fertilizantes em Paranaguá, que depende de fatores como a estratégia comercial dos importadores, bom clima e disponibilidade de armazenamento, foi desafiada por um aumento no tráfego, 12 dias de chuva em março e espaço de armazenamento limitado.

Garcia disse que uma fila de 18 navios representou uma melhora em relação às últimas semanas, quando cerca de 30 navios esperavam para descarregar fertilizantes em Paranaguá, que é referência neste tipo de operação.

“Este cenário está mais controlado”, disse Garcia sobre a movimentação em Paranaguá, que recebe cargas de 30 países, incluindo China, Rússia, Canadá e Belarus.

Paranaguá é um porto público e possui a infraestrutura mais eficiente do Brasil para receber fertilizantes, disse Garcia.

O porto é atualmente capaz de descarregar uma média de cerca de 40 mil toneladas por dia.

O espaço de armazenamento ao redor da área portuária é de propriedade privada.

Os portos do Paraná, incluindo Paranaguá e Antonina, movimentaram 3,068 milhões de toneladas de importações de fertilizantes no primeiro trimestre, um aumento de 26% na comparação anual, e cerca de 31,5% do total de importações de fertilizantes do Brasil, disse a autoridade portuária.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 20/04/2022*

## MME DEBATE PROGRAMA NACIONAL DO HIDROGÊNIO, COMBUSTÍVEL DO FUTURO E BIOMETANO COM PREFEITURA DE SÃO PAULO

*Informação: Ministério de Minas e Energia (20 de abril de 2022 )*



***MME debate Programa Nacional do Hidrogênio, Combustível do Futuro e Biometano com Prefeitura de São Paulo – Foto: Divulgação Ministério de Minas e Energia***

O Ministério de Minas e Energia (MME) participou, nesta segunda-feira (18/04), da reunião “Energia e

Hidrogênio, Rumo ao Carbono Zero” com a Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas (SECLIMA) da Prefeitura de São Paulo.

Na ocasião, o MME apresentou as iniciativas do Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2) e sua representação no horizonte de médio e longo prazo no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2031 e no Plano Nacional de Energia (PNE) 2050.

Foram debatidos também temas de grande interesse, como o Combustível do Futuro e o Biometano. A produção de biometano já vem sendo pensada como alternativa para reduzir a emissão dos gases de efeito estufa no município de São Paulo.

Estiveram presentes na reunião os diretores André Osório, do Departamento de Informação e Estudos Energéticos, e Carlos Alexandre Pires, do Departamento de Desenvolvimento Energético, e Patrícia Naccache, assessora da Secretária Executiva, todos do MME.

“Os temas discutidos mostram que a neutralidade de carbono até 2050 e outros objetivos referentes ao chamado desenvolvimento sustentável devem estar extremamente correlacionados com as demandas e necessidades do nosso país. Observar características e potencialidades de cada região e tomar decisões que façam o máximo de sentido para todos é a parte mais complexa e desafiadora da transição energética, não bastando apenas replicar as ideias já realizadas em outros locais”, destacou André Osório.

A medida integra uma série de esforços da SECLIMA visando à descarbonização da economia paulistana e das matrizes energéticas que a sustentam. Nesse sentido, o objetivo é produzir uma agenda comum com o MME.

A SECLIMA possui atribuições estratégicas para a cidade de São Paulo, como apoiar a implantação do Plano de Mobilidade Urbana e a contagem de emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a secretaria também lidera os comitês de Mudança do Clima e Ecoeconomia e de Gestão da Mudança de Matriz Energética da Frota Municipal de Veículos.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 20/04/2022*



### CONGESTIONAMENTO DE NAVIOS NO PORTO DE XANGAI AUMENTA E PREOCUPA O AGRO BRASILEIRO

*Informação: Jovem Pan (20 de abril de 2022)*



**O Porto de Xangai, um dos maiores do mundo, acumula hoje filas com cerca de 300 navios – Foto: Aly Song/Reuters – 13/01/2022**

A política de tolerância zero para Covid-19 na China tem gerado consequências na logística da cadeia de suprimentos do mundo todo. Um dos maiores portos do mundo, em Xangai, acumula hoje filas com cerca de 300 navios esperando para carregar ou descarregar, o dobro do que era visto na mesma época do ano passado. Esse congestionamento tem

consequências para diversos setores, incluindo o agronegócio brasileiro. Um dos efeitos do aumento do número de navios esperando para atracar no porto da cidade chinesa é o potencial encarecimento do frete, já que a oferta de navios fica menor enquanto centenas deles aguardam para fazer o trabalho naquela região.

Outro resultado é o atraso na entrega de componentes eletrônicos para máquinas agrícolas e matérias primas usadas na indústria de químicos, com riscos para um novo choque na oferta de suprimentos, informou a consultoria Markestrat. O setor monitora a situação na região, mas, segundo a Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), até o momento não foi registrada uma piora no quadro de oferta. O setor ainda se recupera da escassez de suprimentos iniciada no primeiro choque causado pela pandemia.

O governo brasileiro acompanha a situação na China e potenciais efeitos para o agronegócio. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também está monitorando. O superintendente de logística da Conab, Thomé Guth, afirma que os congestionamentos também estão ocorrendo em outros portos chineses, pois muitos operadores desviam as cargas para diferentes regiões. O impacto disso são as filas para embarques e desembarques para diversos produtos, como óleo, milho e fertilizantes.

A agência de notícias Reuters relata que as fábricas de Xangai se preparam para voltar a funcionar, mas ainda não se sabe como, na prática, isso vai acontecer, já que no cenário há problemas de transporte terrestre e marítimo. Enquanto isso, o vice-primeiro-ministro chinês Liu He disse que as cadeias de suprimentos deverão ser estabilizadas após o governo liberar o retorno das fábricas. Até a normalização dessa situação, rupturas na logística global vão pressionar os já historicamente altos custos de produção no mundo todo. No Brasil do agronegócio não será diferente.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

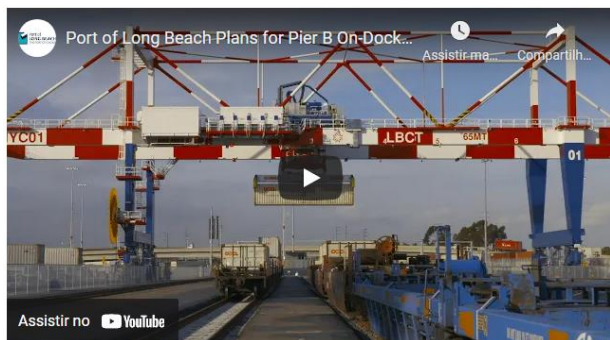
*Data: 20/04/2022*

### PROJETO FERROVIÁRIO DE US\$ 1,5 BILHÃO DO PORTO DE LONG BEACH RECEBE APROVAÇÃO FEDERAL

*Informação: Port Technology (20 de abril de 2022)*

O Pier B On-Dock Rail Support Facility está localizado a sudoeste da Anaheim Street e da 710 Freeway, representando uma peça central do programa de melhoria ferroviária do porto.

A instalação transferirá mais carga para o “ferroviário de doca” e reduzirá significativamente as viagens de caminhões em toda a região.



<https://youtu.be/WNsuSL68ngw>

O governo aprovou o projeto de US\$ 1,5 bilhão em 18 de abril.

O projeto está programado para ser concluído em 2032, enquanto a primeira fase de construção deve ser concluída em 2025 e dobrará a capacidade do pátio ferroviário do Pier B existente.

Em dezembro passado, o Porto de Long Beach recebeu uma doação de US\$ 52,3 milhões para financiar o desenvolvimento de suas instalações ferroviárias .

“Simplificando, o Pier B On-Dock Rail Support Facility movimentará a carga mais rapidamente e com menos impactos ambientais”, disse o Diretor Executivo do Porto de Long Beach, Mario Cordero.

“Agradecemos ao MARAD por seu trabalho de conclusão do EIA, o que nos permite receber financiamento federal para uma instalação que beneficiará todo o país.”

O presidente da Comissão do Porto de Long Beach, Steven Neal, acrescentou: “O porto de Long Beach é uma porta de entrada para US\$ 200 bilhões em comércio gerador de empregos a cada ano”.

“Este projeto ajudará a movimentação de cargas com mais eficiência e é vital para manter nossa competitividade e cumprir nossas metas ambientais.”

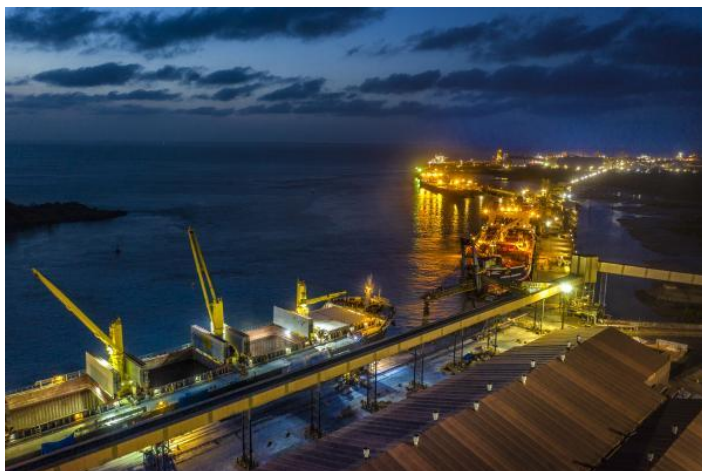
Relativamente ao setor de contentores, o Porto de Long Beach atingiu um novo recorde em março, movimentando um total de 863.156 TEU .

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 20/04/2022**

## PORTO DO ITAQUI EM ROTA DE CRESCIMENTO

**Informação: Porto do Itaqui (20 de abril de 2022 )**



**No primeiro trimestre do ano foram movimentadas 6,2 milhões de toneladas de cargas, 5% mais do que o volume registrado de janeiro a março de 2021**

O Porto do Itaqui fechou o primeiro trimestre de 2022 com 6,2 milhões de toneladas de cargas movimentadas, o que representa crescimento de 5% em relação ao mesmo período do ano passado. Destaque para o volume de soja, que cresceu 29%, e de milho, com alta de 137% em comparação ao primeiro

trimestre de 2021.

Só em março foram movimentadas 2,5 milhões de toneladas de cargas, o melhor março da história do porto público do Maranhão. Teve recorde na soja, com 1,48 milhão de toneladas de soja, superando a marca de 2015, quando o volume de soja movimentada no mês chegou a 1,43



milhões de toneladas, e nos derivados de petróleo para o mercado interno, com 393,9 mil toneladas.

Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil deve ter uma safra recorde de grãos neste ano, com colheita estimada em 258,9 milhões de toneladas. A estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) foi divulgada na última semana.

### **Em plena expansão**

Para atender a demanda de escoamento dessa produção de grãos, bem como de toda a grande cadeia logística do agronegócio, que envolve também combustíveis e fertilizantes, o Porto do Itaqui vem expandindo a sua infraestrutura e investindo em inovação para garantir mais produtividade e fortalecer as diversas cadeias produtivas movimentadas.

Com o Tegram operando em modo expandido, o que inclui dois berços em atividade simultânea, além do terminal da VLI, a expectativa é fechar 2022 com um volume superior às 13,9 milhões de toneladas de grãos movimentadas.

No caso dos fertilizantes, o terminal da COPI, que iniciou suas operações há um ano, conta com um sistema com capacidade para movimentar até 3,5 milhões de toneladas de fertilizantes por ano, além de possibilitar um aumento de até três vezes na produtividade do berço 101. A estimativa é movimentar 3,5 milhões de toneladas até o final do ano.

Uma possível retração na importação dessa carga, que chega principalmente da Rússia, em razão da guerra com a Ucrânia, deverá ser compensada por maiores volumes importados de novos mercados, como o Canadá, Marrocos, Tunísia, Egito e Irã.

Ao longo do ano estão em andamento a ampliação dos terminais de graneis líquidos, investimentos em acessos ferroviários, com o avanço do projeto da pera ferroviária (de médio e longo prazo).

No início deste mês foi entregue a expansão do Terminal 1 da Granel Química no Itaqui, elevando a sua capacidade de armazenagem para 96 mil metros cúbicos, o que representa um incremento de cerca de 30%. A movimentação de graneis líquidos estimada para este ano é de 9,2 milhões de toneladas.

Também foi entregue neste mês o berço 99, investimento da Suzano no porto público, que inclui um armazém em fase de conclusão. Em leilão realizado em 2018, a empresa assegurou o direito de investir e explorar a área por 25 anos, prorrogáveis até o limite de 70 anos. Essa infraestrutura é estratégica para a ampliar o volume de exportação da celulose produzida em Imperatriz (MA).

Além dos investimentos privados no porto público, a EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária anunciou, em março, um pacote de R\$ 500 milhões a serem executados com investimentos próprios ao longo dos próximos três anos. O pacote inclui obras em estrutura de cais, projetos na área de tecnologia, saneamento e um conjunto de iniciativas para reforçar a capacidade de movimentação de cargas do Porto do Itaqui.

A partir do novo patamar atingido pelo volume de 31 milhões de toneladas de cargas movimentadas em 2021, o Porto do Itaqui, além de se consolidar como hub de grãos e combustíveis para o Centro-Norte do país, contribui para o desenvolvimento do Maranhão e de sua área de influência por meio da atração de negócios que geram emprego e renda a partir da atividade portuária.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 20/04/2022**



## NAVAL PORTO ESTALEIRO

### CADE APROVA JOINT VENTURE ENTRE COPERSUCAR E VIBRA ENERGIA PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM FOCO NA EXPORTAÇÃO DE ETANOL NO BRASIL

Por Ruth Rodrigues



***A joint venture entre a Copersucar e a Vibra Energia recebeu o aval do Cade para o início do processo de comercialização de combustíveis e a nova empresa pretende focar na exportação e importação de etanol para aproveitar as reservas nacionais***

Recentemente, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, também conhecido como CADE, anunciou o despacho aprovando, sem restrições, a constituição de joint venture entre a Vibra Energia (antiga Petrobras Distribuidora) e a Copersucar. Assim, a partir dessa segunda-feira, (18/04), ambas as empresas estão aptas à comercialização de combustíveis no Brasil, com foco na exportação e importação de etanol dentro do território nacional.

#### ***Copersucar e Vibra Energia recebem aprovação do Cade para o início da joint venture com foco na comercialização de etanol em parceria com os portos brasileiros ao longo dos próximos anos***

O Brasil é um dos maiores países do mercado global quando o assunto é a produção de combustíveis, tanto aqueles de fontes renováveis quanto os que não são, principalmente com foco em novas alternativas como o biogás e o etanol. Assim, o desenvolvimento das operações com esses produtos tem atraído a atenção de diversas empresas e novos investimentos dentro do segmento de comercialização de combustíveis no território nacional.

Dessa forma, a Vibra Energia, também conhecida como a antiga Petrobras Distribuidora, e a Copersucar se uniram para o desenvolvimento de uma joint venture com foco na comercialização de combustíveis, principalmente o etanol, e receberam o aval do Cade para o início das operações no território nacional. Dessa forma, ambas as empresas já podem alavancar as atividades de comercialização do produto, com foco principal na exportação do etanol em parceria com os portos nacionais, uma vez que esse é um combustível cada vez mais procurado dentro do mercado internacional.

A Copersucar faz parte do grupo de mesmo nome, de origem brasileira, e tem como principal atividade a comercialização de açúcar e etanol, além de ser responsável pela comercialização da produção da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do estado de São Paulo, realizando diversas operações no segmento da logística. Já a Vibra Energia trabalha atualmente na distribuição de combustíveis, lubrificantes e outros produtos petroquímicos no Brasil, após ter passado pelo processo de mudança da antiga Petrobras Distribuidora, que também atuava no segmento.

#### ***Joint venture entre Copersucar e Vibra Energia tem como objetivo criar um mercado de comercialização de combustíveis focando no etanol como principal produto para o portfólio das empresas***

O desenvolvimento da joint venture entre a Copersucar e a Vibra Energia poderá ser de grande importância para o mercado nacional de combustíveis, uma vez que as empresas afirmam

pretender criar uma comercializadora de etanol aberta a todos os produtores, distribuidores e demais agentes da cadeia, indo além dos volumes dos seus acionistas. Assim, a joint venture será o ponto de encontro com esses investidores e toda a cadeia de comercialização focada na exportação do etanol será realizada por meio da parceria.

Um dos pontos principais que fizeram a parceria se tornar possível, segundo o Superintendente-Geral do Cade, é que o etanol é um produto de fácil acesso aos insumos (cana-de-açúcar), tem preço parametrizado e diversos produtos e empresas comercializadoras, além de não desenvolver preocupações em relação à concorrência dentro do ambiente de comercialização, sendo ideal para ser exportado dentro do território nacional por meio da joint venture.

Dessa forma, após a finalização das licitações durante os próximos 15 dias, as decisões da Superintendência-Geral terão caráter terminativo e as operações serão aprovadas em definitivo pelo órgão antitruste. Com isso, a Vibra Energia e a Copersucar serão a nova aposta do setor portuário nacional para a exportação e comercialização de combustíveis com foco no etanol.

*Fonte: Naval Porto Estaleiro*

*Data: 20/04/2022*



### JORNAL O GLOBO – RJ

#### TCU ADIA POR 20 DIAS DECISÃO SOBRE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS. PARA GOVERNO, PRAZO PODE INVIABILIZAR OPERAÇÃO

Decisão foi tomada por pedido de vista do ministro Vital do Rêgo

*Por Manoel Ventura*



*Prédio da Eletrobras, no Centro do Rio  
Foto: Pedro Teixeira / Agência O Globo*

BRASÍLIA — O Tribunal de Contas da União (TCU) adiou nesta quarta-feira por pelo menos 20 dias a decisão final sobre a privatização da Eletrobras, num ato que mexe nos planos do governo de desestatizar a empresa no primeiro semestre deste ano. Para integrantes do Executivo, o adiamento dificulta a privatização em 2022, mas ainda não a inviabiliza.

Técnicos do governo ainda não descartam totalmente a privatização. Mas a decisão do TCU afasta a chance da desestatização da empresa no primeiro semestre deste ano, deixando a operação para o fim de julho ou início de agosto, um período mais turbulento nos mercados. No mercado, a avaliação também é que o prazo tende a afastar investidores estrangeiros.

Por isso, no Ministério da Economia e no BNDES, a avaliação é que a operação nesse período será bastante complexa. Assim, o governo vinha dizendo que a última janela para capitalização era o dia 13 de maio.

O fim de julho e começo de agosto é um período muito próximo das eleições presidenciais, tradicionalmente marcado por forte volatilidade no mercado de ações. Além disso, grandes fundos internacionais não costumam fazer aportes em capitalizações no segundo semestre, quando é férias no Hemisfério Norte.



O adiamento ocorre mesmo já havendo uma sinalização favorável à privatização. Além do relator, Aroldo Cedraz, os ministros Jorge Oliveira, Benjamin Zymler, Antônio Anastasia e Walton Alencar sinalizaram votos a favor da operação. Isso já forma maioria porque oito ministros podem votar nesse processo — a presidente Ana Arraes só vota em caso de empate.

Primeiro, o TCU avaliou a precificação das usinas hidrelétricas da Eletrobras. Agora, a corte analisava a operação em si, como o preço mínimo das ações. O pedido de vista foi feito pelo ministro Vital do Rêgo, como ele mesmo já havia anunciado.

Vital chegou a pedir uma vista de 60 dias, mas esse prazo foi reduzido para 20. Com isso, o processo só volta para a pauta do TCU na sessão do dia 11 de maio.

— Não me sinto emparedado por quem quer que seja. Eu não discuto a privatização da Eletrobras. O que eu não posso é abdicar do cumprimento da Constituição, que determina o controle externo desse tribunal para assuntos de interesse da União na área administração — disse Vital.

O governo trabalhou por dias para evitar que o pedido de vista de Vital do Rêgo durasse mais que uma semana, com o objetivo de encerrar o assunto no TCU no dia 27 de abril, data-limite colocada pelo governo para dar tempo de privatizar a empresa até maio.

Próximo ao presidente Jair Bolsonaro, o ministro Jorge Oliveira pediu para que o prazo de vista durasse apenas sete dias. Mas o pedido não foi aceito. A presidente do TCU, ministra Ana Arraes, então, concedeu um prazo de 20 dias.

— Concedo o prazo regimental de 20 dias para a vista coletiva — disse.

Jorge Oliveira disse que uma postergação da decisão pelo TCU teria impacto direto no cronograma do governo.

— A postergação da manifestação do tribunal vai impactar diretamente num cronograma, numa janela de oportunidades, para que esse negócios seja viabilizado. É algo que foi proposto pelo Executivo e aprovado pelo Parlamento — disse.

O ministro Walton Alencar foi claro ao dizer que um prazo de vista longo inviabiliza a privatização.

— Existe uma incapacidade do estado de realizar investimentos para manter a capacidade de geração da Eletrobras. Estamos a decidir se a Eletrobras será privatizada ou não. Um pedido de vista de 60 dias significa uma tomada de decisão de que a Eletrobras não será privatizada. A partir do deferimento de um pedido de vista de 60 dias, vai implicar simplesmente a não privatização da entidade — disse.

O ministro Bruno Dantas rechaçou, porém, que o atraso na decisão do TCU inviabilize a privatização neste ano, como argumenta o governo. Ele falou em discurso "ad terrorem" sobre o tribunal, sem citara nomes.

— Nem de longe uma concessão de prazo de 20 ou 30 dias a um ministro da Corte poderá inviabilizar essa capitalização. Eu tenho absoluta certeza que, se não for aproveitada essa janela de oportunidade de 13 de maio, essa janela de oportunidade vai para meados de julho. Esse parece um argumento traçado para jogar sobre o tribunal o peso do mercado no sentido de mostrar que ou é agora ou nunca e nos constrange a tomar uma decisão — afirmou Bruno Dantas.

### **Cláusula anti-Lula**

O relator do processo, ministro Aroldo Cedraz, chegou a sugerir alteração na cláusula "poison pill" (pílula de veneno), criada pelo BNDES e que impede a reestatização da Eletrobras. Essa cláusula



foi chamada no mercado de "cláusula anti-Lula", que já falou em reestatizar a empresa caso venha a vencer as eleições de outubro.

Ao apresentar seu voto, ele decidiu voltar atrás, após articulação do ministro Jorge Oliveira. Além de tirar a atividade da empresa, a mudança obrigaria o governo a fazer uma nova assembleia de acionistas da empresa, atrasando o cronograma em 30 dias.

A lei de privatização impede que qualquer acionista detenha mais de 10% dos votos, de maneira a diluir o controle da empresa. A cláusula de "poison pill" diz que, se um acionista ultrapassar determinados limites de participação acionária, seria penalizado com a obrigação de realizar oferta pública para aquisição das quotas dos demais acionistas por valor até três vezes superior à maior cotação histórica das ações no mercado.

Essa cláusula foi usada, por exemplo, pelo Twitter, quando o bilionário Elon Musk tentou fechar o controle da empresa. Para Cedraz, porém, esse mecanismo é "desproporcional" ao poder público, porque impediria o governo de retomar o controle da empresa.

— Entendi inicialmente que o uso de cláusulas de poison pills não seria compatível com a Constituição. Entretanto, após analisar contribuições oferecidas pelo eminente ministro Jorge Oliveira, reconsiderei minha posição, motivo pelo qual deixo de apresentar qualquer proposta de deliberação específica em relação a este ponto, acompanhando a posição externada pela unidade técnica — disse o ministro.

O relator também sugeriu alteração no preço mínimo das ações. Esse ponto não gerou preocupações no governo, que acredita que isso acabará sendo decidido pelo mercado.

Cedraz também insistiu na precificação da capacidade completa das usinas da Eletrobras, assunto que já fora discutido pelo TCU. Além disso, o ministro propôs que seja determinado ao BNDES, como agente responsável pela modelagem do processo de capitalização, que utilize parâmetros "mais adequados" para estimativa de receitas, argumentando que esse insumo é essencial para o estabelecimento de valor justo para oferta das ações da Eletrobras ao mercado.

### **Corrida contra o tempo**

O prazo da análise da privatização preocupava mais o governo do que a decisão em si. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, chegou a mandar mensagem a ministros do TCU dizendo que "seria de grande valia para esse processo que, caso haja pedido de vistas, os ministros considerem a retomada da apreciação até o dia 27 deste mês".

"Essa medida seria determinante para garantirmos a conclusão do processo dentro do melhor cronograma possível", escreveu o ministro.

Técnicos do Ministério da Economia e do BNDES afirmam que o TCU precisa dar o aval à operação até o dia 27 deste mês para que a privatização ocorra em maio, sob pena da desestatização sequer ocorrer neste ano.

Com o aval do TCU até o dia 27, seria o tempo necessário para que o BNDES faça todo o trâmite e consiga realizar a capitalização na B3 e na Bolsa de Nova York até o dia 13 de maio.

Passando do dia 13 de maio, uma sexta-feira, não será mais possível, pelas regras da Securities Exchange Commission, órgão que regula o mercado de capitais dos EUA, usar como referência na operação o balanço financeiro da Eletrobras do último trimestre de 2021.

Seria assim, uma data muito próxima das eleições e com menos apetite no mercado de ações. As eleições presidenciais costumam ser marcadas por forte oscilação no mercado de capitais.

A visão de que o prazo limite para a privatização é 13 de maio não é compartilhada por ministros do TCU, que afirmam ser possível privatizar a empresa em julho ou agosto. Por isso, esses ministros decidiram dar mais tempo para analisar o caso.

### Pressão

A privatização da empresa gerou uma série de divergências entre o TCU e o governo e entre os próprios ministros. Vital do Rêgo chegou a ameaçar a colegas ir ao Supremo Tribunal Federal (STF), caso tivesse seu prazo de vista limitado a menos de 20 dias, o que acabou não acontecendo.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, se queixou publicamente de uma suposta interferência política no tribunal e insinuou pressão do PT junto ao TCU contra a privatização.

Membros do TCU rechaçam essa versão e dizem que um eventual atraso na privatização não seria culpa do tribunal. Além disso, reclamaram de pressões junto ao TCU.

Os ministros reclamam que o governo teria demorado para enviar os dados solicitados e defendem que é necessário uma decisão cautelosa, porque os ativos envolvidos na operação somam mais de R\$ 60 bilhões. Também afirmam que é preciso defender a independência e a altivez da corte contra a postura de Guedes.

O modelo da privatização prevê transformar a companhia em uma corporação, sem controlador definido, após uma oferta de ações que não será acompanhada pela União. Sem acompanhar a capitalização, o governo tem sua participação diluída para menos de 50% e perde o controle das empresas. No total, o governo calculou em R\$ 67 bilhões os valores relacionados à privatização.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 20/04/2022*

## SECRETÁRIA DO TESOUREO DOS EUA LIDERA ABANDONO DA REUNIÃO DE MINISTROS DO G20 E DEIXA RUSSOS FALANDO SOZINHOS

Segundo o Washington Post, Janet Yellen puxou o protesto contra a Rússia em uma reunião privada de autoridades financeiras do bloco das 20 maiores economias do mundo

*Por Bloomberg e agências internacionais*



**Janet Yellen, secretária do Tesouro dos EUA Foto: Al Drago / Bloomberg/13-4-2022**

WASHINGTON - Em protesto contra a Rússia pela invasão da Ucrânia, a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, e outros ministros de finanças e chefes de bancos centrais abandonaram uma reunião de representantes do G20, que reúne as vinte maiores economias do mundo, quando autoridades russas começaram a discursar.

O gesto foi relatado por fontes com conhecimento do que se passou na reunião fechada ao jornal The Washington Post. Autoridades financeiras das vinte maiores economias do mundo e países convidados estão reunidos em Washington, onde também ocorrem reuniões gerais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial nesta semana.

O abandono da sala incluiu o ministro de Finanças da Ucrânia, Sergii Marchenko, que estava entre as autoridades de países convidados e cuja apresentação Yellen ouviu. Ela se levantou e



deixou a sala assim que o ministro das Finanças russo, Anton Siluanov, começou a falar por meio de teleconferência.

A CNN informou que o gesto de Yellen foi acompanhado por autoridades financeiras europeias e de outros países ocidentais participantes da reunião, mas não fez referência a representantes brasileiros.

O Brasil é um dos países do G20 e enviou a Washington o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e seus auxiliares.

Antes da reunião, altos funcionários americanos disseram que Yellen não participaria de certas sessões que incluíssem a Rússia. Representantes de outros países concordaram em boicotar a participação da Rússia nas reuniões.

Yellen segue a defesa do presidente dos EUA, Joe Biden, de que a Rússia deve ser expulsa do G20 por violar a lei internacional com a invasão da Ucrânia. No entanto, a ideia não tem o apoio de todos os países, particularmente a China.

A reunião havia focado principalmente nos riscos econômicos derivados da invasão russa da Ucrânia, apontaram fontes ouvidas também pela agência Bloomberg.

Uma delas relatou que algumas autoridades que participavam de forma virtual do encontro apagaram suas câmeras quando os funcionários russos começaram sua fala.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 20/04/2022*

## ITAPEMIRIM ESCAPA DA FALÊNCIA COM PROPOSTA DE NOVO PLANO DE RECUPERAÇÃO, QUE TERÁ DE SER VOTADA PELOS CREDORES

*Por Mariana Barbosa*



### **Sidnei Piva de Jesus, presidente do Grupo Itapemirim | Divulgação**

Atendendo a uma decisão judicial, o empresário Sidnei Piva de Jesus apresentou na segunda-feira à noite um aditivo ao plano de recuperação judicial — livrando a empresa da decretação da falência do grupo Itapemirim, conforme determinação do juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo.

No aditivo, que será apreciado em Assembleia Geral de Credores, prevista para acontecer em meados de maio, Sidnei propõe que ele e toda a sua diretoria sejam mantidos na gestão do negócio — contrariando determinação da justiça criminal, que não só decidiu por seu afastamento da gestão como impôs medidas cautelares de restrição de liberdade, tais como apreensão de passaporte e uso de tornozeleira eletrônica.

Em sua proposta, Sidnei oferece a venda de um terreno para pagar os credores, com a criação de uma Unidade Produtiva Isolada. O terreno é um parque rodoviário localizado em Cachoeiro de Itapemirim e avaliado extra-oficialmente em R\$ 90 milhões. A dívida da Itapemirim, conforme o plano de recuperação aprovado pelos credores em 2019, é de cerca de R\$ 250 milhões. Há ainda outros R\$ 2,2 bilhões em dívida ativa com a União. Contrariando as regras da recuperação judicial, Sidnei propôs que a venda do terreno seja feita por um assessor econômico e não por meio de leilões judiciais.

Desde que assumiu a empresa, Sidnei já arrecadou R\$ 135 milhões com a venda de 60 terrenos espalhados pelo país. Porém, apenas R\$ 30 milhões foram destinados a pagamento de credores. O restante foi desviado para a companhia aérea (mais de R\$ 30 milhões), para empresas da esposa de Sidnei e também de uma ex-sócia dele, para a compra de carros importados e vultosos pro-labores. O empresário adquiriu cobertura na praia da Riviera, no litoral paulista, e vive em um apartamento de 500 metros quadrados em um condomínio de luxo no Itaim, próximo à Avenida Faria Lima.

O patrimônio imobiliário da Itapemirim é motivo de disputa entre Sidnei Piva e a família de Camilo Cola, fundador da empresa. Pelo acordo de venda da empresa, os imóveis deveriam ter ficado fora do negócio — interpretação que Sidnei tenta contestar nos tribunais.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 20/04/2022*

### ANTT SUSPENDE TODAS AS LINHAS DA VIAÇÃO ITAPEMIRIM

Empresa poderá fazer viagens para passagens já vendidas por até 30 dias. Companhia precisa entregar aditivo ao plano de recuperação judicial hoje

*Por Ivan Martínez-Vargas*



**Ônibus da Viação Itapemirim: se empresa não entregar aditivo ao plano de recuperação judicial nesta quarta, juiz vai decretar sua falência Foto: Arquivo**

SÃO PAULO — Em mais um revés para a Viação Itapemirim, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) anunciou nesta quarta-feira a suspensão de todas as linhas da empresa de ônibus.

A Itapemirim, que está em recuperação judicial, conseguiu escapar da falência nesta quarta ao apresentar no último dia de prazo uma proposta de novo plano de recuperação, que ainda terá de ser votada pelos credores, informou a coluna Capital, do GLOBO.

A portaria da ANTT é uma medida cautelar (provisória) tomada pelo superintendente de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros da agência, Felipe Ricardo da Costa Freitas. A decisão, publicada no Diário Oficial da União, vale até que haja decisão do mérito sobre irregularidades da situação da empresa e de seus ônibus.

#### **Rotas que partem de Rio e SP**

O texto permite que a Itapemirim realize viagens com passagens já vendidas por 30 dias, contados a partir desta quarta-feira. Em 31 de março, a ANTT já havia suspenso a maioria das linhas regulares da empresa, mas manteve 26 delas, incluindo rotas que partem de São Paulo e Rio de Janeiro para capitais de estados do Nordeste como Fortaleza, São Luís e Aracaju.

Uma das empresas de ônibus mais tradicionais do país, a Itapemirim não tem pago salários de funcionários nem cumprido seu plano de recuperação judicial. Somente sua dívida fiscal supera os R\$ 2 bilhões.

A viação é controlada atualmente pelo empresário Sidnei Piva, que foi afastado da gestão da empresa pela Justiça após questionamentos de credores por, entre outras medidas, supostamente desviar recursos dela para financiar a criação da linha aérea Itapemirim Transportes Aéreos (ITA).

#### **Bens bloqueados**

Na última segunda-feira, Piva teve seus bens bloqueados pela Justiça, sob suspeita de dilapidação do patrimônio da Itapemirim.

Na semana passada, foi anunciado que a empresa foi vendida à Baufaker Consulting, localizada em um coworking em Taquaritinga, em Brasília, em transação que tem sido questionada pela administradora judicial da recuperação judicial da Itapemirim, a EXM Partners.

Desde o último dia 13 de abril, a Itapemirim está sem presidente porque o executivo que assumiu o cargo quando Piva fora afastado, Florisvaldo Hidinik, entregou o posto sem ser substituído.

A ITA operou por seis meses no segundo semestre do ano passado e colapsou em 17 de dezembro por dívidas com fornecedores e funcionários. Seu passivo chega a R\$ 180 milhões.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 20/04/2022*

## RIO FARÁ PRIMEIRO LEILÃO DO MUNDO DE CRÉDITOS DE CARBONO ORIUNDOS DE MICROMOBILIDADE

Operação ocorre até o fim deste mês. Estado se antecipa à votação do projeto que regula o setor e que tramita no Congresso

*Por Italo Bertão Filho, especial para o Prática ESG*



***Floresta da Tijuca, que ocupa 3,9 mil hectares, é exemplo de reflorestamento urbano Foto: Custódio Coimbra/Agência O Globo***

RIO — Governos estaduais e municipais têm buscado se antecipar à possibilidade de regulação do mercado de carbono, que tramita no

Congresso Nacional. O Rio de Janeiro é o que mais tem se adiantado. Responsável pela produção de 83% de todo o petróleo produzido no Brasil e ainda fortemente dependente da arrecadação de royalties, o mercado de carbono pode se tornar uma nova fonte de renda para o estado.

Hoje, haveria um estoque de 73 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, equivalente a R\$ 25 bilhões, segundo o governo estadual. O estado mantém cerca de 30% de floresta nativa, além de áreas que foram reflorestadas ao longo do tempo, caso da Floresta da Tijuca, que ocupa 3,9 mil hectares. A preservação florestal pode ser relevante para a geração de créditos de carbono.

— Estados e municípios podem ser fortes aliados da União para que consigamos bater as metas estipuladas (em acordos) — avalia a advogada Roberta Danelon, sócia de direito ambiental do escritório Machado Meyer.

Nos últimos meses, estado, prefeitura do Rio e o setor privado trabalham com diferentes iniciativas para alavancar um mercado regional de créditos de carbono e de ativos ambientais. As tratativas começam a gerar resultados concretos. Até o fim do mês, a cidade do Rio sediará o primeiro leilão de créditos de carbono de micromobilidade do mundo.

## Redução de ISS até 2030



Realizado em parceria entre as empresas Tembici, ZCO2 e BlockC, o leilão deve colocar em disputa 1,5 mil créditos de carbono gerados pelas operações da Tembici, empresa que opera o sistema de bicicletas compartilhadas do Itaú.

O leilão é um desdobramento de projeto lançado pela prefeitura do Rio em 2021, o Bolsa Verde. O projeto prevê a criação de um mercado voluntário de carbono na cidade.

— O Rio tem um arcabouço regulatório que já conversa com esse tema e isso potencializa que a cidade fomente esse ecossistema. Queremos estar na discussão para a economia verde no Brasil, na América Latina e em nível global — afirma o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação da cidade Chicão Bulhões, que deixou o cargo recentemente, mas participou da elaboração do projeto.

O município pretende reduzir a alíquota de ISS de 5% para 2% para plataformas de transação de créditos de carbono e atividades que certifiquem e registrem projetos de crédito. As novas alíquotas, que ainda dependem de aprovação no Legislativo, teriam caráter temporário, vigorando até 2030.

As condições favoráveis na cidade, com forte presença de empresas do setor de óleo e gás, fizeram com que a AirCarbon Exchange, um marketplace de créditos de carbono com sede operacional em Cingapura, decidisse se instalar no Rio.

A operação brasileira, que começou a funcionar na cidade recentemente, mantém parceria com a BlockC, que trabalha com gestão de gases do efeito estufa.

— Resolvemos nos instalar na cidade porque o Rio concentra setores que têm mais dificuldade de abatimento de gases de efeito estufa — afirma Carlos Martins, diretor da BlockC e da AirCarbon Brasil.

Para a gerente de finanças sustentáveis da consultoria WayCarbon, Laura Albuquerque, o desenvolvimento do mercado de carbono ainda depende da regulação do projeto no Congresso e dos parâmetros que o Brasil deve adotar.

— O mercado de carbono só fica de pé se entendermos qual a meta que o país quer estabelecer para os setores que devem estar dentro do mercado. O Brasil pode estabelecer um mercado inicial em São Paulo, depois expandir para o Rio de Janeiro e outros estados, mas depende da ambição, do que se almeja com esse mercado.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 20/04/2022*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### ASSOCIAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS CONTESTA DECLARAÇÕES DE NOVO CONSELHEIRO DO CADE

IBP ressalta que outros países têm papel definidor no preço dos combustíveis; conselheiro Gustavo Augusto afirmou ao 'Estadão' que Petrobras adota 'conduta anticoncorrencial' ao seguir cotações definidas pela Opep

*Por Denise Luna, O Estado de S.Paulo*

RIO - O Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural (IBP) reagiu às declarações do novo conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gustavo Augusto, ao Estadão, em sua primeira entrevista no cargo. Segundo Augusto, a Petrobras adota uma "conduta anticoncorrencial" ao definir os preços dos combustíveis com base nas ações de um cartel

internacional: a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o que não é verdade, observou o IBP.

"Existe uma dificuldade no Brasil de ultrapassar conceitos da década de 70. Hoje a gente tem uma dinâmica geopolítica muito mais complexa do que na década de 70, quando a Opep se formou. Hoje não é mais assim", disse a diretora de Downstream do IBP, Valéria Lima. "A fala do conselheiro reflete um certo desconhecimento da dinâmica atual de preços."

Ela ressaltou que o mercado tem novos agentes produtores de petróleo e exportadores. Os Estados Unidos, principalmente, têm uma grande capacidade de moderar os preços por causa do óleo de xisto, e não apenas a Opep.

"O shale gas ou oil (gás ou óleo de xisto) tem uma capacidade muito rápida de retomar a produção, o que coloca os Estados Unidos numa posição muito interessante nesse mercado, até para poder não deixar que os preços subam muito", avaliou.



***Diretora de Downstream do IBP, Valéria Lima diz que "a fala do conselheiro reflete um certo desconhecimento da dinâmica atual de preços" Foto: IBP/Divulgação***

Lima destacou também que hoje os próprios países que pertencem à Opep têm divergências entre eles. No início da pandemia, por exemplo, a Rússia - que faz parte do Opep+ -, não quis acompanhar o movimento de redução da produção determinado pela Opep, assim como outros países de fora do grupo.

"Isso mostra que não há um funcionamento tão coeso para dizer que a Opep é a definidora de preços, de que existe um cartel tão coeso que define preços no mundo inteiro. Chegou a ter preço negativo de petróleo nessa época porque os países não aceitaram reduzir a produção", disse Lima.

A diretora destaca ainda, que neste momento específico, a alta do preço do petróleo, que tem girado em torno dos US\$ 100 a US\$ 120 o barril, tem dois elementos principais: a invasão da Ucrânia pela Rússia e a guerra interna na Líbia.

"Dizer que a Opep dita o preço principal é simplificar demais a questão geopolítica, principalmente nesse momento de guerra que a gente vive", afirmou.

Na avaliação de Lima, por ser exportador de petróleo, o Brasil precisa deixar de sofrer pelo preços altos, já que se beneficia dessa valorização. Em 2022, a previsão é de que a arrecadação do governo cresça 60% em relação a 2021 no setor de petróleo devido à valorização da commodity.

"A gente vive um momento de inflação mundial e o IBP tem a tese de que uma questão importante para baixar o preço dos combustíveis é a mudança do ICMS, que vai passar a ser fixo. O estado tem alguns mecanismos para proteger a população mais vulnerável, como o vale-gás, para os que recebem o Auxílio Brasil", afirmou a diretora do IBP, ressaltando que nada justifica dar um subsídio generalizado para toda a economia, já que tem uma parcela da população que pode pagar.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 20/04/2022**

### LIRA QUER INCLUIR REFIS DE GRANDES EMPRESAS E DÍVIDAS COM ESOCIAL EM MP DO FIES

O objetivo é acelerar a tramitação do Refis, pois o projeto de lei do Senado que trata do programa de refinanciamento de dívidas já foi descartado por ter se tornado muito amplo

*Por Iander Porcella, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), tem defendido incluir o Refis (parcelamento de débitos tributários) para médias e grandes empresas em uma Medida Provisória (MP) que trata do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e que precisa ser analisada pelo Congresso até 1º de junho.

O objetivo é acelerar a tramitação do Refis, pois o projeto de lei do Senado que trata do programa de refinanciamento de dívidas já foi descartado por ter se tornado muito amplo. Esse programa também abrangeria dívidas de pessoas físicas e incluiria de tributos como o Imposto de Renda a parcelas atrasadas do eSocial, a plataforma de registro para o cumprimento de obrigações trabalhistas e tributárias.

Na semana passada, Lira já havia indicado a preferência por resolver o impasse com uma MP. "Muito provavelmente (o Refis) será colocado numa Medida Provisória, se depender da nossa vontade, porque as duas Casas apreciarão de maneira igualitária de novo esse tema", afirmou o presidente da Câmara, em 13 de abril, após uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Depois de se reunir também com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Lira levantou a possibilidade de colocar o Refis na MP que prevê a renegociação de dívidas do Fies. O acerto ainda depende, contudo, de uma nova reunião com Guedes e com a Secretaria de Governo, comandada por Célio Faria.

O projeto do novo Refis passou no Senado em agosto do ano passado, mas ficou travado na Câmara. Em dezembro, na última sessão antes do recesso parlamentar, houve uma tentativa de aprovar a proposta no plenário, mas o próprio relator, deputado André Fufuca (Progressistas-MA), pediu para a votação ser adiada, em acordo com o governo. Na ocasião, Fufuca disse que o projeto seria analisado na primeira sessão deste ano, o que não ocorreu devido à falta de consenso sobre detalhes do texto.

"Aquele texto dificilmente será votado, já não foi no ano passado, por dificuldades. Do nosso ponto de vista, ele estava muito expansivo. Precisa tratar de quem realmente foi prejudicado na pandemia, de quem realmente teve prejuízo, aquelas pessoas que sofreram mais no período da pandemia", disse o presidente da Câmara em 13 de abril.



***Lira levantou a possibilidade de colocar o Refis na MP que prevê a renegociação de dívidas do Fies após se reunir com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) Foto: Dida Sampaio/Estadão - 08/12/2021***

#### **Refis do Simples**

O Refis para micro e pequenas empresas, relatado na Câmara pelo deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), também segue travado. Depois de passar no Congresso, a proposta foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), no começo de janeiro, por

razões jurídicas. O veto, contudo, foi derrubado pelo Legislativo em março, em acordo com o governo.



A previsão inicial era de que a abertura do programa de renegociação de dívidas ocorresse no dia 1º de abril. No entanto, há um impasse sobre como compensar a perda de receitas. No entendimento de técnicos no governo, o Refis se trata de uma renúncia fiscal e, portanto, precisa de uma compensação, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Nesta quarta-feira, 20, o Comitê Gestor do Simples Nacional prorrogou o prazo de adesão ao Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp) de 30 de abril para 31 de maio.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 20/04/2022*

### **SERVIDORES DA CVM APROVAM OPERAÇÃO-PADRÃO PARA PRESSIONAR GOVERNO POR MAIOR REAJUSTE**

Decisão pode provocar atrasos em registros de ofertas públicas e afetar os trâmites de processos administrativos, segundo sindicato

*Por Bruno Villas Bôas, O Estado de S.Paulo*

RIO - Os servidores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiram, em assembleia na noite de terça-feira, 19, iniciar na próxima segunda-feira, 25, uma operação-padrão, com 15 dias de duração, com o objetivo de pressionar o governo federal por maior reajuste salarial, além de outras demandas.

Segundo os servidores, a operação vai reduzir à metade o cumprimento das atividades colocadas como metas da instituição e pode provocar atrasos em registros de ofertas públicas e afetar os trâmites de processos administrativos.

"A operação-padrão pode afetar registros, consultas, processos investigativos e comprometer a realização da fiscalização desempenhada pela CVM", disse Hertz Leal, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Comissão de Valores Mobiliários (SindCVM). "Pode também atrasar o trâmite de processos sancionadores, registro de companhias e das ofertas públicas de valores mobiliários."

De acordo com os servidores, a mobilização é uma reação ao anúncio do governo federal de que realizaria um reajuste linear de 5%, medida considerada insatisfatória por causa da inflação acumulada de quase 27% nos últimos três anos.

"A mobilização pode, enfim, afetar a integridade do mercado, mas os servidores precisam se manifestar para garantir que suas reivindicações sejam atendidas", explicou Leal.

O SindCVM se comprometeu a solicitar uma reunião com o presidente da CVM, Marcelo Barbosa, para levar as reivindicações da campanha salarial, incluindo a demanda de flexibilizar o retorno ao trabalho presencial, que permita um número maior de servidores em trabalho remoto integral, modalidade que teria representado aumento de produtividade da CVM nos últimos dois anos.

Além do reajuste da remuneração, os servidores da CVM reivindicam a realização de concursos públicos para sanar o déficit de pessoal da instituição e a revogação do decreto 10.620, que muda a gestão da aposentadoria dos servidores para o INSS, entre outras reivindicações.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 20/04/2022*

### **DADOS POSITIVOS LEVAM BANCOS E FMI A ELEVAR AS PREVISÕES PARA O PIB DO BRASIL; ENTENDA OS MOTIVOS**

Vendas mais aquecidas no comércio, liberação do FGTS e alta dos preços de produtos agrícolas e minerais dão fôlego à economia

*Por Renée Pereira e André Jankavski, O Estado de S.Paulo*

Uma série de dados positivos, como alta nas vendas do varejo, aumento no preço das commodities e liberação do FGTS, tem levado bancos, consultorias e instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) a revisar para cima a previsão de crescimento da economia brasileira neste ano. No caso das previsões do FMI, divulgadas ontem, o Brasil deverá crescer 0,8% (a expectativa anterior era de 0,3%), ante crescimento mundial de 3,6% (4,4% antes).

O conflito entre Rússia e Ucrânia explica tanto a revisão para cima do crescimento de alguns países, como o Brasil, quanto a queda do avanço mundial. A alta no preço das commodities pressiona a economia, sobretudo a da Europa, mas dá algum fôlego para países exportadores de grãos.

Para se ter uma ideia, as exportações brasileiras do agronegócio tiveram o maior valor para o mês março da história, a US\$ 14,53 bilhões, alta de 29,4% em relação ao mesmo período do ano passado. O principal motivo foi o aumento de 27,6% nos preços praticados, segundo o Ministério da Agricultura.

No mercado interno, as vendas no varejo em fevereiro, por exemplo, tiveram alta de 1,1%, de acordo com o IBGE, acima das expectativas do mercado. Já em serviços, apesar da queda de 0,2% em fevereiro, os analistas ainda veem perspectiva positiva. “O setor de serviços está voltando a ir bem com o avanço da vacinação, e as pessoas estão se sentindo estimuladas a consumir fora de casa”, diz Claudio Considera, pesquisador associado do FGV-Ibre.



***A alta no preço das commodities pressiona a economia, sobretudo a da Europa, mas dá algum fôlego para países exportadores de grãos Foto: Wenderson Araujo/CNA/Triluz***

### **O peso dos juros**

Existe, porém, a avaliação entre os economistas de que essa melhora nos números poderá perder fôlego. “A partir do meio do ano, vemos uma contração maior da economia brasileira por causa do ciclo de alta

dos juros”, diz o economista-chefe do C6 Bank, Felipe Salles. A instituição reviu de 0,5% para 1,5% o PIB deste ano, mas o de 2023 foi mantido em 0,5%. No caso do FMI, a projeção para o ano que vem foi reduzida de 1,6% para 1,4%.

Salles afirma que, no curto prazo, as notícias permitem estimar um PIB um pouco maior. “O conjunto de algumas boas notícias permitiu essa revisão. Por exemplo, os reservatórios tiveram melhora e isso significa custo menor da energia para as empresas. Tudo isso junto contribui para a melhora da atividade. Mas ainda está muito aquém do desejado,” afirma.

A consultoria MB Associados também está em processo de revisão de seus números. A expectativa é de que o crescimento mude de zero para algo entre 0,5% e 1% no ano. Isso, no entanto, não quer dizer que as notícias devem ser tão positivas lá na frente.

O problema, diz o economista-chefe da MB, Sérgio Vale, ficará para 2023. Isso porque parte do crescimento deste ano também está sendo motivada pelo “pacote de bondades” adotado pelo governo, de olho na campanha de reeleição do presidente Jair Bolsonaro, como a liberação do saque emergencial do FGTS, a liberação do Auxílio Brasil e o aumento dos salários do funcionalismo.



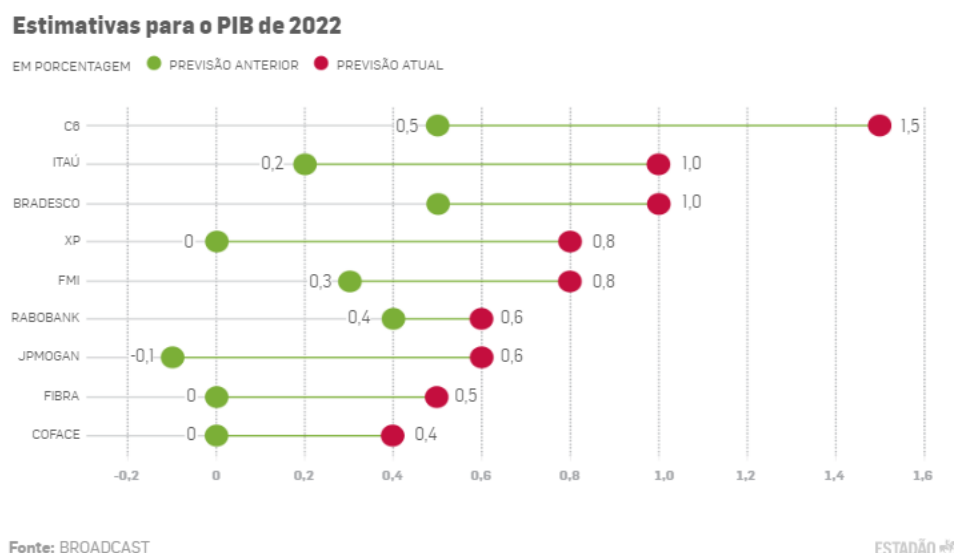
“Ter algum crescimento é algo para se comemorar, mas é muito aquém do que poderíamos”, diz ele. Pelos dados do FMI, o México deve crescer 2% neste ano, enquanto África do Sul e Índia devem avançar 1,9% e 8,2%, respectivamente.

O economista do Itaú Unibanco, Luka Barbosa, diz que neste ano, dos três motores de crescimento do PIB, dois têm trajetória positiva, como o preço das commodities e o estímulo fiscal feito pelo governo. No ano que vem, as incertezas são maiores. “Há expectativa de arrefecimento do preço das commodities, os juros ainda continuarão altos e não deverá haver estímulo fiscal.” Por isso, as projeções para este ano foram revistas de 0,2% para 1% e para 2023, de 0,5% para 0,2%.

Para Celso Toledo, sócio da consultoria LCA, as previsões para este ano melhoraram diante de pequenos suspiros de boas notícias, mas o futuro ainda é complicado. “Creio que ninguém tenha mudado o cenário de crescimento medíocre a perder de vista” afirma Toledo.

### Revisões

Bancos e instituições preveem um crescimento maior para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil este ano



Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 20/04/2022

## POR UMA MODERNIZAÇÃO REAL DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Não se pode esconder a existência de custos reais que permanecerão no sistema sabendo que alguém pagará por eles

Por Marcos Madureira\*, O Estado de S.Paulo

O setor elétrico brasileiro está em uma importante transição rumo à modernização. Parte desse caminho passa pela maior autonomia e liberdade de escolha do consumidor com a ampliação do mercado livre de energia. Por isso, precisamos calcar essa oportunidade única de renovação em três pilares essenciais: equilíbrio, sustentabilidade e segurança. É isso que a Associação Brasileira de Energia Elétrica (Abradee) e suas associadas têm buscado ao longo de suas trajetórias.

Primeiramente, é importante entendermos a formação dos mercados regulado e livre no Brasil. O primeiro (65% do total) é formado por consumidores que têm a sua parcela de energia adquirida pelas distribuidoras por meio de leilões públicos promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), seguindo diretrizes do Ministério de Minas e Energia. O segundo (35% do mercado total), por sua vez, adquire a energia livremente em transações diretas com os geradores

ou por meio dos agentes de comercialização – aqui, a energia é comercializada a preços inferiores.



***Abradee vê o setor elétrico brasileiro em uma importante transição rumo à modernização*** Foto: ***Alexandre Marchetti***

Mas o principal motivo do diferencial de preços que existe hoje nesses dois ambientes reside no fato de que toda a responsabilidade pela contratação de energia de longo prazo, que viabilizou a construção do grande parque gerador existente no Brasil e garante a confiabilidade do sistema, recai apenas sobre o mercado regulado, ou seja, o

consumidor comum.

Ademais, esse mercado assume, quase que totalmente, a responsabilidade pela contratação das usinas térmicas a óleo, carvão e gás natural, 100% das usinas nucleares e da usina de Itaipu, que, por suas características, trazem a segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN), mas têm custo maior do que outras fontes renováveis que usualmente atendem ao mercado livre, como eólica e solar. Um ônus que, por outro lado, não é dividido com o mercado livre, já que este não possui tal obrigatoriedade de contratação das fontes mais caras e, portanto, consegue comercializar energia por menor preço.

Mas de nada adianta continuarmos favorecendo e ampliando apenas a parcela dos consumidores com a isenção de encargos, tributos e custos em geral do sistema elétrico no mercado livre, e deixarmos os ônus, que deveriam ser de todos, a serem rateados somente por quem permanecer no mercado regulado. Não se pode esconder a existência de custos reais que permanecerão no sistema sabendo que alguém pagará por eles. Isso não é justo e não combina com a real modernização do setor elétrico a que todos os brasileiros anseiam.

**\*PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (ABRADEE)**

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 20/04/2022**

### **FMI ELEVA PREVISÃO DO PIB DO BRASIL DE 0,3% PARA 0,8% EM 2022**

Para 2023, o fundo diminuiu a estimativa de aumento do PIB brasileiro de 1,6% para 1,4%  
**Por Ricardo Leopoldo, O Estado de S.Paulo**

Washington - O Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou a projeção de crescimento do Brasil relativa a 2022, de 0,3% em janeiro para 0,8%. O País é um dos poucos que tiveram aumento de tal indicador: o FMI reduziu a previsão para a expansão de diversas nações por conta das consequências econômicas da guerra na Ucrânia.

Para 2023, o fundo diminuiu a estimativa de aumento do PIB brasileiro de 1,6% para 1,4%, um movimento em harmonia com a alteração adotada pela instituição oficial em termos globais.

De acordo com o relatório Perspectiva Econômica Mundial, o FMI estima que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), o índice oficial de inflação, subirá 8,2% neste ano e 5,1% em 2023. “O Brasil respondeu à inflação mais alta com a elevação das taxas de juros em 975 pontos base no ano passado, o que pesará sobre a demanda doméstica.”



Apesar da alta na projeção, o economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, disse que o Brasil teve uma das mais baixas projeções de crescimento econômico da América Latina. Segundo ele, o cenário reflete principalmente o agressivo aperto monetário do Banco Central. "O Brasil é um país exportador de petróleo, então está se beneficiando do aumento de preços de petróleo e energia", disse o economista, durante coletiva de imprensa.

Petya Koeva Brooks, diretora adjunta do Departamento de Pesquisa do FMI, também ressaltou que a maior economia da América do Sul recebe apoio da escalada das cotações de commodities, na esteira da guerra no Leste Europeu. "As ligações diretas com Rússia e Ucrânia são relativamente limitadas", destacou.

### **Redução do PIB mundial**

A invasão russa à Ucrânia levou o FMI a uma substancial redução da estimativa do crescimento global para 2022: de 4,4%, realizada em janeiro antes do conflito, para 3,6%. O fundo adverte que a guerra no leste europeu tornará mais elevados os preços de commodities e ainda mais persistente a alta inflação pelo mundo, que já estava elevada devido às rupturas em cadeias de produção intercontinentais geradas pela pandemia. Para 2023, a instituição multilateral reduziu a previsão do PIB global de 3,8% para 3,6%.

A catástrofe vivida pelo povo da Ucrânia com os bombardeios russos provocou uma depressão econômica no país. O FMI estima que o PIB daquela nação cairá 35% neste ano e não arriscou fazer nenhuma previsão para 2023, um fato inédito, como aponta o capítulo 1 do relatório Perspectiva Econômica Mundial.

As sanções internacionais que a Rússia enfrenta devido às agressões bélicas também gerará um preço alto para as autoridades em Moscou em termos de crescimento. O Fundo prevê que o PIB do país liderado por Vladimir Putin deverá cair 8,5% neste ano e terá uma retração de 2,3% em 2023.

Segundo o FMI, a zona do euro deverá registrar também grandes impactos da guerra na Ucrânia, com o aumento dos preços de commodities, sobretudo energéticas, que deverá conter a demanda agregada a ponto de reduzir em 2022 a estimativa do crescimento da região de 3,9% para 2,8%, com efeitos maiores na Alemanha e Itália. A estimativa para o PIB da zona do euro baixou de 2,5% para 2,3% para o próximo ano.

### **EUA e China**

Os EUA também serão afetados pelo conflito, mas em menores proporções, especialmente com a redução das exportações para a Europa. O FMI reduziu a projeção de expansão da economia americana de 4,0% para 3,7% para este ano, sobretudo por causa do aperto monetário que o Federal Reserve passou a adotar a fim de combater a inflação. Estes fatores basicamente levaram a uma redução da previsão do PIB dos Estados Unidos de 2,6% para 2,3% em 2023.

Em relação à China, o FMI reduziu a previsão de alta do PIB de 4,8% para 4,4% neste ano, especialmente devido às dificuldades impostas com a política de covid-zero no país oriental, embora a redução do nível de atividade global, com destaque na Europa, causado pela guerra, também tenha sido um fator relevante. Para o próximo ano, a projeção do PIB baixou marginalmente, de 5,2% para 5,1%.

Para o Japão, o Fundo diminuiu a estimativa de crescimento de 3,3% para 2,4% em 2022, com os efeitos da alta dos preços de petróleo para o consumo e com uma trajetória menos promissora para suas exportações. Contudo, a projeção subiu para o próximo ano, de 1,8% para 2,3%.

Neste contexto, o FMI reduziu as estimativas de alta do comércio internacional em volumes de mercadorias e serviços para este ano de 6% para 5%. Para 2023, a previsão de elevação do indicador recuou de 4,9% para 4,4%.



### **Pandemia, conflito, sanções**

O FMI destaca que todas as projeções macroeconômicas apontadas em seu cenário-base têm risco maior de piora por causa da guerra na Ucrânia.

Desde que surgiu a pandemia, o FMI destacou no documento Perspectiva Econômica Mundial previsões alternativas para a economia global de acordo com o ritmo de controle internacional da covid-19. Contudo, desta vez estas simulações foram substituídas por estimativas que consideram o conflito no leste europeu.

O Fundo analisa a hipótese de ocorrer um aumento expressivo das sanções comerciais e financeiras contra a Rússia em meados de 2022, com medidas adicionais contra importações de petróleo e gás natural, além do desligamento da Rússia de grande parte do sistema internacional financeiro e de comércio.

Em tais circunstâncias, haveria aumento de mercadorias essenciais com cotações globais, mais rupturas das cadeias mundiais de manufaturas e condições financeiras mais apertadas. “O resultado deste choque de oferta em um tempo no qual os preços de commodities e pressões inflacionárias já são elevados será uma mudança para cima das expectativas de inflação, o que requererá uma política monetária mais restritiva e amplificará ainda mais o impacto negativo na atividade global.”

Desta forma, o PIB mundial registraria uma redução próxima de 2% até 2023 em relação ao cenário-base. Tal impacto do conflito continuaria exercendo pressão negativa sobre o crescimento internacional, pois em 2027 ficaria 1% menor do que o esperado pelo Fundo, com mais da metade deste declínio vindo do enfraquecimento da atividade da Rússia.

O FMI estima que as cotações internacionais do petróleo subiriam 10% em 2022 e 15% em 2023, em relação ao cenário-base, com um aumento próximo a 20% do gás natural na Europa neste ano. Os preços de metais avançariam 5% neste ano e 7,5% no próximo. Em tais condições, haveria maior inflação global em 2022 e 2023, que segundo o FMI subiria “mais de 1 ponto porcentual” em ambos os anos. O núcleo da inflação aumentaria 0,5 ponto porcentual em 2023. Por outro lado, o Fundo avalia que os preços de produtos e serviços em termos globais baixariam em 2024 quando ficariam inferiores às suas previsões atuais.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 20/04/2022*



Informação que vira dinheiro.

### **VALOR ECONÔMICO (SP)**

#### **EMBRAER ENTREGA À MARINHA ÚLTIMO CAÇA AF-1B MODERNIZADO**

*Por Valor, Valor — São Paulo*

A Embraer entregou à Marinha do Brasil nessa quarta-feira (20) o último caça modernizado AF-1 (AF-1B). No total, dentro do programa foram modernizados sete caças subsônicos – cinco AF-1B monoposto e dois AF-1C biposto.

Segundo comunicado da fabricante de aviões, o AF-1 é um avião de interceptação e ataque operado a partir de aeródromos ou de porta-aviões como vetor para a defesa aérea da esquadra. As aeronaves modernizadas da Marinha do Brasil receberam novos sistemas de navegação, armamentos, geração de energia, computadores, comunicação tática e sensores, incluindo um radar multimodo de última geração e um novo sistema operacional.

Ainda dentro do programa de modernização realizado pela Embraer, foi desenvolvido um simulador de voo de alta fidelidade para que a Marinha do Brasil possa realizar treinamentos de pilotos aumentando.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 20/04/2022*

## SLC ASSINARÁ COMPROMISSO DE PRESERVAÇÃO DE MATA NATIVA EM MT

Área a ser preservada, de 1,3 mil hectares, não faz parte da reserva legal

*Por Camila Souza Ramos, Valor — São Paulo*



**Fazenda Perdizes, da SLC, localizada em Porto dos Gaúchos (MT) — Foto: Divulgação**

A SLC Agrícola assinará um contrato voluntário de compensação financeira com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) para manter preservados 1.358 hectares de vegetação nativa dentro

da Fazenda Perdizes, em Porto dos Gaúchos (MT). A área a ser preservada não faz parte da reserva legal nem de área de preservação permanente (APP) da propriedade.

O acordo que será assinado com o Ipam será feito no âmbito do Programa CONSERV, de pagamento por serviços ambientais. Essa é a maior área individual a aderir ao mecanismo e a primeira localizada no bioma amazônico.

Com a adesão da Fazenda Perdizes, o CONSERV passa a cobrir 9.768 hectares de vegetação nativa conservada, distribuídos em dez propriedades rurais mato-grossenses. No ano passado, um incêndio atingiu a reserva legal da propriedade, incidente que, na ocasião, a empresa atribuiu a terceiros.

Para que haja garantia de que o produtor está cumprindo os termos do acordo, são feitas verificações por meio de sensoriamento remoto e, quando necessário, com envio de equipes à propriedade. Caso, por exemplo, a vegetação pegue fogo, mesmo que não intencionalmente, o contrato é suspenso, e o produtor ainda pode pagar multa se não executar ações para evitar que as chamas se propaguem.

O programa conta com parceria do Environmental Defense Fund (EDF) e do Woodwell Climate Research Center.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 20/04/2022*

## CHINA SE IRRITA COM EXIGÊNCIA DOS EUA PARA QUE NÃO OFEREÇA AJUDA MILITAR À RÚSSIA

*Por Nikkei Asia — Washington*

O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Lloyd Austin, disse nessa quarta-feira (20) à China que se abstenha de fornecer assistência militar à Rússia, provocando uma forte reação de Pequim. Austin conversou por telefone com o ministro da Defesa chinês, Wei Fenghe – o primeiro diálogo entre eles desde que o presidente americano, Joe Biden, assumiu o cargo no ano passado.

O porta-voz do Pentágono, John Kirby, disse que Austin e Wei discutiram a invasão da Ucrânia. O secretário de Defesa dos EUA expressa há várias semanas preocupação com a possível assistência militar chinesa à Rússia.



**Vladimir Putin e Xi Jinping: Pequim diz que mantém relações econômicas e comerciais normais com a Rússia, negando fornecer assistência militar — Foto: AP/Pool Sputnik Government**

Wei respondeu dizendo aos EUA que "se abstenham de usar a questão da Ucrânia para difamar e semear evidências contra a China, ou ameaçar a pressionar a China", segundo o Ministério da Defesa. Pequim está mantendo relações econômicas e comerciais normais com a Rússia, negando a possibilidade de

fornecer assistência militar.

O ministro chinês também expressou preocupação com o que Pequim vê como envolvimento dos EUA na questão de Taiwan. "Se a questão de Taiwan não for tratada adequadamente, terá um efeito subversivo nas relações China-EUA", disse Wei, sobre a ilha que Pequim considera parte de seu território.

Wei criticou a aprovação dos EUA, no início do mês, de uma venda de equipamentos, treinamento e serviços militares a Taiwan, avaliados em US\$ 95 milhões. As conversas ocorrem após ligação de duas horas entre Biden e o presidente chinês, Xi Jinping, que ocorreu em março, para discutir a guerra na Ucrânia.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 20/04/2022*

## MILLS COMPRA TECPAR EQUIPAMENTOS POR R\$ 45,8 MILHÕES

O valor da transação será 74% pago a vista, no fechamento da operação, enquanto o restante será quitado ao longo de cinco anos

*Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo*

A Mills anunciou nesta terça-feira a aquisição da Tecpar Equipamentos por R\$ 45,8 milhões. A companhia é especializada em locação e vendas de plataformas elevatórias, além de oferecer assistência técnica.

De acordo com a empresa, a Tecpar apresentou receita bruta anualizada de R\$ 22,9 milhões em fevereiro, contando com uma frota de 298 máquinas, com idade média de seis anos, além de 53 em leasing operacional.

A companhia diz que a compra da Tecpar eleva sua base de clientes no estado de São Paulo, ganha escala ao aumentar sua frota de equipamentos em 4% e destaca o potencial de sinergias com a otimização das operações.

O valor da transação, retirando R\$ 14,8 milhões em dívida líquida, será 74% pago a vista, no fechamento da operação, enquanto o restante será quitado ao longo de cinco anos.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 20/04/2022*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### AMBIENTE CONCORRENCIAL PARA STS-10 PREOCUPA TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 19 Abril 2022



#### Arquivo/Divulgação

Durante audiência pública, ABTP e Abtra apresentaram dúvidas sobre projeções de capacidade apresentados na modelagem para novo terminal de contêineres do complexo portuário a ser licitado.

Representantes de terminais portuários e de recinto alfandegados relataram dúvidas sobre o processo de licitação da área STS-10, que se encontra em consulta pública. A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) entende que a consulta precisa amadurecer e

protocolou pedido de prorrogação por 60 dias do prazo para entrega das documentações, de forma a garantir a concorrência e desenvolvimento do porto, evitando fomentar a monopolização das cargas no Porto de Santos. A Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra) manifestou preocupação com o ambiente concorrencial e comparou que os números de capacidade apresentados pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL) são diferentes dos dados do BNDES publicados no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) 2020 de Santos.

“Não é desesperadamente urgente fazer a licitação do STS-10 agora. Até 2030, as expansões dão conta do recado. É possível fazer a licitação em 2024 ou 2025”, comentou o diretor-executivo da associação, Angelino Caputo, nesta terça-feira (19), durante audiência pública promovida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

A Abtra pretende anexar às contribuições dois pareceres técnicos que estão prontos e que apontam falhas no guia e na análise do estudo da EPL. A associação defende que, pela competitividade do porto, se aumente a restrição aos principais terminais e armadores que possam operar de forma verticalizada, citando empresas como BTP, Maersk, MSC, APM Terminals e TiL. O argumento é que qualquer um que vença nas condições atuais pode desequilibrar o mercado.

A ABTP também identificou na documentação técnica ‘não conformidades’ entre os dados disponíveis no PDZ e alguns dados apresentados na audiência pública. Os associados apresentaram dúvidas sobre a análise de impacto da concorrência, em razão de dados controversos que possam impactar a decisão tomada na restrição da participação.

A associação avalia que, limitando somente a participação de armadores em consórcio, deixando com que eles participem de forma individual, tende a diminuir a concorrência. “Não temos dúvidas de que é preciso aprimorar a restrição da participação para que não ocorra o cerceamento da concorrência, quando o objetivo é aumentar a concorrência entre terminais da forma que está hoje”, disse o diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva.

O diretor do departamento de novas outorgas e políticas regulatórias portuárias da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), Fábio Lavor, disse que o ambiente

concorrencial é o grande desafio dessa modelagem. Ele ressaltou que todos os números podem ser verificados ao longo do processo de contribuições. Lavor afirmou que não há necessidade de fazer licitação de forma urgente e lembrou que projeto está em carteira desde 2019.

Lavor afirmou que o mercado de contêiner não pode ser comparado com qualquer tipo de mercado e que, em relação à restrição concorrencial, o governo enxerga no setor portuário mundial uma concentração maior que no setor brasileiro. “Buscamos competição sadia beneficiando usuário. Olhando para os estudos, não podemos imaginar que o setor portuário brasileiro tenha comportamento completamente diferente do que encontramos no mundo. Tomaremos as devidas restrições na medida adequada para termos melhor modelagem”, salientou.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 20/04/2022*

## REEQUILÍBRIO DA ECOPORTO SANTOS NÃO IMPEDE LICITAÇÃO DA STS-10, GARANTE EPL

*Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 19 Abril 2022*



### Arquivo/Divulgação

Arrendatária alega ter sido prejudicada por reordenação de áreas do terminal e entrou com pedido de submissão da questão à arbitragem. EPL sustentou, durante a audiência pública que um quarto Tecon no complexo será necessário porque terminais existentes operam no limite ou perto do limite de suas capacidades.

A Empresa de Planejamento e Logística (EPL) garantiu, durante audiência pública nesta terça-feira (19), que o pedido de

reequilíbrio da Ecoporto Santos não prejudica a licitação da área STS-10, que está em consulta pública. A EPL considera que, da perspectiva contratual, os seis arrendamentos existentes não se constituem como impedimentos para o certame. A área da Ecoporto Santos é explorada por contrato de arrendamento com vigência até junho de 2023, com possibilidade de prorrogação. O Ministério da Infraestrutura, porém, já manifestou que não realizará a prorrogação contratual.

A EPL levou em conta manifestação da Advocacia Geral da União (AGU) que, em nota técnica em agosto de 2021, concluiu que não havia impedimentos para a licitação da área da Ecoporto. A AGU considerou à época a decisão do Minfra indeferindo a prorrogação contratual que se encerra em 2023. A Ecoporto Santos entrou com pedido de prorrogação antecipada, com reequilíbrio contratual. O pedido de prorrogação foi negado, mas o pedido de reequilíbrio contratual segue em tramitação. Em 2015, a então Secretaria de Portos (SEP) aprovou o termo de risco de investimentos de R\$ 142 milhões a ser depositado em uma conta específica.

Em atualizações monetárias com data-base em setembro de 2021, os valores estabelecidos no processo de reequilíbrio estão na faixa de R\$ 288 milhões. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) ainda deverá realizar novos cálculos para que seja definido o valor de reequilíbrio contratual, considerando a não prorrogação do contrato e eventual parcela não amortizada dos investimentos realizados.

A questão encontra-se pendente de manifestação conclusiva pelo poder concedente e pela Antaq sobre realização de arbitragem e sobre a possibilidade de inclusão na modelagem da área STS-10 de eventual indenização decorrente desse procedimento. A arrendatária alega ter sido



prejudicada por reordenação de áreas do terminal. A princípio, esse pleito não foi reconhecido pela Antaq, porém a Ecoporto Santos solicitou a submissão do pleito à arbitragem.

A licitação tem objetivo atender aumento de demanda de carga containerizada no Porto de Santos e consolidação do trecho Saboó (terá BTP e STS-10) como cluster para esse tipo de carga. As atividades atualmente desenvolvidas na área estão fragmentadas em diversos operadores que movimentam carga containerizada, carga geral, granel sólido mineral e produtos químicos.

A EPL sustentou, durante a audiência pública promovida pela Antaq, que um quarto Tecon no complexo portuário será necessário porque, com crescimento de 12,5% em 2021 sobre 2020, os terminais existentes operam no limite ou perto do limite de suas capacidades. De acordo com a Santos Port Authority (SPA), a carga containerizada nos próximos anos estará perto do seu gargalo de movimentação, considerando que os Tecons atualmente movimentam 4,8 milhões de TEUs, ante capacidade entre 5,3 milhões e 5,5 milhões de TEUs.

Atualmente existem seis contratos de curta duração, sendo cinco transitórios, com vigência limite de 180 dias ou até a licitação da área e um contrato de arrendamento. Além da Ecoporto, Termares, BTP, Conport Afretamentos Marítimos possuem um contrato cada e Santos Brasil dois termos de arrendamento.

O governo pretende licitar a área STS-10 pelo prazo de 25 anos, pelo período contratual de 2023 a 2047. A modelagem optou por utilizar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do porto, lançado em 2020, e que utiliza taxa de crescimento anual de 3% (carga geral) nesses 25 anos, passando de 5 milhões para 10 milhões de TEUs. Atualmente, a área tem participação de 80% longo curso e 20% de cabotagem.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 20/04/2022*

## EM FEVEREIRO, UNIÃO TEVE DIREITO A 17 MIL BARRIS DE PETRÓLEO POR DIA, SEGUNDO A PPSA

*Da Redação OFFSHORE 19 Abril 2022*



***Marca alcançada iguala o mês de janeiro, o maior índice da série histórica; Libra colaborou, no período, com 7,4 mil bpd para a União***

A União teve direito, em fevereiro deste ano, a 17 mil barris de petróleo por dia (bpd) nos contratos de partilha de produção (CPPs) no polígono do pré-sal. A marca é a mesma do mês de janeiro que, à época, foi a maior já registrada na série histórica, que existe desde 2017. A informação consta no Boletim Mensal de Contratos de Partilha de Produção, divulgado nesta terça-feira (19)

pela Pré-Sal Petróleo (PPSA).

Dos 17 mil barris diários que compõem o óleo lucro da União em fevereiro, 7,4 mil bpd vieram do CPP de Libra, na Área de Desenvolvimento de Mero; 5,7 mil bpd do CPP de Búzios; e 4,1 mil bpd do CPP do Entorno de Sapinhoá. No CPP de Tartaruga Verde Sudoeste, o excedente em óleo da União continua sendo destinado à quitação do "Acerto de Contas" com o operador, pela redeterminação do Acordo de Individualização da Produção (AIP).

A produção média total em regime de partilha em fevereiro foi de 466 mil bpd. Búzios teve a maior produção, com 406 mil bpd, seguido da Área de Desenvolvimento de Mero, com 48 mil bpd.

Entorno de Sapinhoá e Tartaruga Verde Sudoeste completaram a produção diária, com 7 mil e 5 mil bpd, respectivamente.

Desde o início da série histórica, a parcela acumulada de óleo para a União é de 13 milhões de barris. Já a produção total, no mesmo período, soma 138 milhões de barris de petróleo.

### Gás natural

Além do óleo, a União também contou com excedente em gás natural. Em média, foram produzidos 113 mil m<sup>3</sup>/dia, sendo 103 mil m<sup>3</sup>/dia referentes ao Entorno de Sapinhoá e 10 mil m<sup>3</sup>/dia a Búzios. Em Tartaruga Verde Sudoeste, o excedente em gás da União continua sendo destinado à quitação do "Acerto de Contas" com o operador, pela redeterminação do AIP. Mero, até o momento, não possui previsão de comercialização do gás natural.

A produção média diária total dos três contratos, em fevereiro, com aproveitamento comercial, foi de 945 mil m<sup>3</sup>/dia, sendo 739 mil m<sup>3</sup>/dia vindos de Búzios; 172 m<sup>3</sup>/dia do Entorno de Sapinhoá; e 34 mil m<sup>3</sup>/dia de Tartaruga Verde Sudoeste. Em comparação a janeiro deste ano, o volume de gás disponível apresentou um aumento de 12% devido à normalização da operação em Búzios, após indisponibilidade da Unidade de Desidratação na P-74.

Desde 2017, início da série histórica, o excedente em gás natural da União é de 109 milhões de metros cúbicos. A produção acumulada, no mesmo período, soma 441 milhões de metros cúbicos de gás natural com aproveitamento comercial.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 20/04/2022*

## ESTUDOS DA EPL PARA ARRENDAMENTO DE TERMINAL NO PORTO DE SANTOS SÃO APRESENTADOS EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 19 Abril 2022*



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou nesta terça-feira (19) a audiência pública para debater os estudos realizados pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL) para o arrendamento do terminal STS 10, no Porto de Santos (SP). O projeto para o terminal, destinado à movimentação de contêineres, tem previsão de gerar cerca de R\$ 3,28 bilhões em investimentos, sendo aproximadamente R\$ 2,5 bilhões nos primeiros cinco anos de contrato, com prazo total de 25 anos.

Com área de 601.101 m<sup>2</sup>, o terminal será arrendado pelo prazo de 25 anos e contará com capacidade operacional de 2,3 milhões TEUs/ano. O trabalho para a realização dos estudos também apresenta o potencial de demanda do terminal e as soluções de engenharia necessárias para o empreendimento, além da modelagem econômico-financeira.

Para a análise do potencial de atração de cargas para o terminal STS10, a equipe da EPL realizou uma visita técnica no Porto de Santos para uma avaliação da capacidade instalada para a movimentação de cargas conteneirizadas no complexo portuário. Além disso, o trabalho utilizou do informações do PDZ de Santos e Plano Mestre de Santos.

O diretor de Gestão da EPL, Marcelo Caldas, destacou que o projeto permitirá, além da ampliação da capacidade do maior complexo portuário da América Latina, a diminuição do custo logístico, a modernização da infraestrutura portuária e a redução da pegada de carbono do porto.

“A oportunidade a EPL aplicar a expertise em mais um estudo de arrendamento portuário demonstra a segurança e a confiabilidade que o Governo Federal e o mercado possuem na modelagem desenvolvida pela estatal”, destacou.

Inovação – Para garantir a ampla concorrência dos interessados no leilão do terminal, a EPL desenvolveu uma metodologia que permite a avaliação do ambiente concorrencial. A “Análise de Impacto Concorrencial de Novas Outorgas de Terminais Portuários (AIC-TP)” tem o objetivo de avaliar se o terminal a ser arrendado ou concedido enseja preocupações concorrenciais, à luz da Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011).

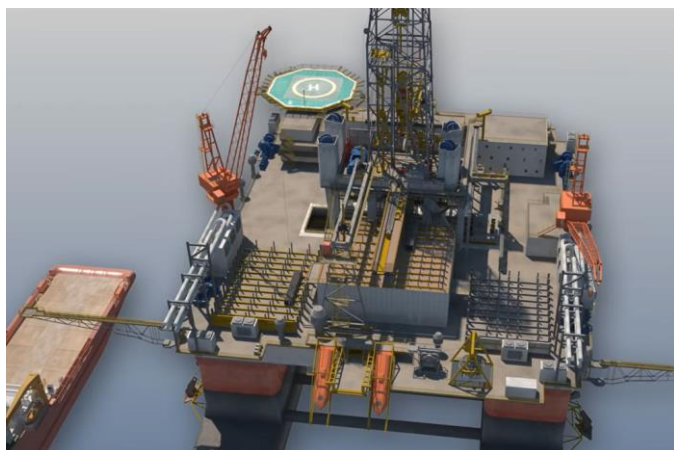
A premissa da análise busca pela competição em dois momentos: no leilão e após o leilão, e o ambiente concorrencial saudável, após a outorga. Esse é o primeiro estudo de arrendamento de terminal portuário que adota a Análise de Impacto Concorrencial de Novas Outorgas de Terminais Portuários (AIC-TP).

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 20/04/2022*

## PPSA ABRE PESQUISA PRÉVIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ÓLEO E GÁS

*Da Redação OFFSHORE 19 Abril 2022*



***Prazo para respostas vai até 10 de maio***

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) abriu, nesta terça-feira (19), uma pesquisa prévia ao mercado para subsidiar a contratação de empresa atuante no segmento de petróleo e gás natural com o objetivo de prestação de serviços técnicos especializados. A empresa dará suporte a atividades nas áreas de comercialização de petróleo e gás natural, gestão de projetos e contratos, controle e desenvolvimento da produção e de reservatórios.

A empresa deverá contar com um grupo de profissionais especialistas em áreas diversas da indústria offshore de petróleo e gás, a exemplo de gestão de projetos, auditoria de reconhecimento de custo em óleo e gás, engenharia de poços, engenharia submarina, instalações de produção, geologia e engenharia de reservatórios, entre outros, que realizarão atividades previstas no edital. A remuneração da empresa será realizada por meio de medição de entregáveis, considerando o total de entregas comprovadas, o tempo dispendido para a realização das atividades e a qualidade do serviço.

A duração do contrato será de dois anos, podendo ser renovado por até mais três anos.

Nesta fase do processo, a PPSA pretende levantar preços de mercado para definição do orçamento para a contratação.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 20/04/2022*

## EXPORTAÇÃO DE ÓLEO DE SOJA E IMPORTAÇÃO DE SODA CÁUSTICA SÃO OS DESTAQUES DO TRIMESTRE NA CATTALINI

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 19 Abril 2022*



As exportações de óleo de soja e as importações de soda cáustica foram os destaques do primeiro trimestre deste ano nas operações da Cattalini Terminais Marítimos. Entre janeiro e março de 2022 os produtos registraram aumento de 31% para óleo de soja e 334% para soda cáustica em comparação ao mesmo período de 2021.

Segundo Lucas Guzen, gerente comercial da empresa, os embarques de óleo de soja foram impulsionados, entre outros pontos, pelas margens do esmagamento na

indústria.

“Esse fator influenciou a decisão do mercado em ampliar o fluxo de produto destinado a exportação. Historicamente, o Porto de Paranaguá é reconhecido neste segmento, assim como a Cattalini, que atende a essas exportações com eficiência e segurança”, comentou Guzen.

No primeiro trimestre deste ano, foram embarcadas 328 mil toneladas de óleo de soja pelo terminal da Cattalini. Em igual período de 2021, o volume foi de 250 mil toneladas.

### **Importação**

No total de graneis líquidos movimentados, a Cattalini fechou o primeiro trimestre deste ano com mais de 1 milhão de toneladas, volume semelhante ao mesmo período de 2021.

Nas importações, o destaque ficou por conta da soda cáustica. Entre janeiro e março deste ano 74 mil toneladas foram desembarcadas no terminal Cattalini contra 22 mil toneladas no mesmo período do ano passado.

De acordo com Lucas Guzen, o maior volume é resultado do trabalho da Cattalini em atrair cargas de diferentes segmentos, consolidando-se como terminal multipropósito. “Ao captarmos essas oportunidades demonstramos nossa capacidade de movimentar diferentes produtos simultaneamente – óleos vegetais, líquidos não-inflamáveis, produtos químicos e combustíveis –, mantendo a qualidade, a segurança e a agilidade das operações”, salientou Guzen.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 20/04/2022*



## **MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA**

### **MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS**

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping ([www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)).



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 55/2022  
Página 53 de 53  
Data: 20/04/2022  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

Fonte : InforMS  
Data : 20/04/2006